

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2019, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O ano de 2019 sinalizou um novo momento para o Grupo CPFL Energia. Três anos após ter seu controle adquirido pela chinesa State Grid, a CPFL Energia voltou ao mercado de capitais com a realização de nova emissão de ações já tendo em vista o acesso a recursos que possam ser necessários para a continuidade do crescimento do Grupo. A ideia foi manter o capital da empresa aberto, voltar ao mercado, para que os investidores voltassem a acompanhar a história da CPFL, que continua a mesma de antes, preocupada com a transparência, a disciplina financeira e uma forte governança.

Os recursos levantados com a emissão de ações foram utilizados para a aquisição de participação da State Grid na CPFL Renováveis. Como parte desse processo, em julho de 2019 começamos a integração completa das atividades administrativas da CPFL Renováveis e CPFL Energia, findas no 3º trimestre do ano, visando principalmente o fortalecimento de potenciais sinergias entre os modelos organizacionais de ambas empresas. Esse movimento reforça ainda mais o comprometimento da Administração no crescimento e na criação de valor para seus acionistas.

O grupo CPFL também seguiu bastante ativo neste ano, promovendo melhorias em suas operações e gestão, buscando adotar as melhores práticas no setor, continuamos com a implementação de tecnologias de ponta em automação em nossos negócios e digitalização de atividades suportes, visando maior eficiência dos nossos custos sempre acompanhando os desdobramentos dos cenários político e econômico do Brasil em seus mercados.

Os resultados do ano de 2019 refletiram o crescimento das vendas de energia, a nossa disciplina na gestão de custos e despesas, bem como a queda da taxa de juros no Brasil.

O fornecimento de energia elétrica (quantidade de energia faturada para consumidores finais) totalizou 53.375 GWh, um aumento de 0,5%. As classes residencial e comercial registraram crescimento de 3,8% e 4,8%, respectivamente, refletindo a lenta recuperação da atividade econômica, enquanto a classe industrial apresentou redução de 4,6%. O suprimento de energia elétrica, por meio de outras concessionárias, permissionárias e autorizadas, atingiu 18.351 GWh, um aumento de 3,3%.

A geração de caixa operacional do grupo CPFL, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 6.394 milhões em 2019 (+13,4%), refletindo os resultados positivos principalmente no negócio de distribuição, cujo EBITDA atingiu R\$ 3.696 milhões em 2019 (+23,0%), refletindo principalmente os resultados advindos da conclusão dos processos de revisão tarifária da CPFL Paulista, RGE Sul e RGE, que ocorreram ao longo de 2018. Além disso, a Companhia vem promovendo revisões organizacionais com objetivo de simplificar seus processos e estrutura, visando maior eficiência e foco aos negócios.

Seguimos trabalhando em iniciativas de valor e em nosso plano de investimentos em 2019, com disciplina financeira, empenho e comprometimento de nossas equipes. Investimos R\$ 2.254 milhões nesse período.

Com foco na otimização da estrutura de capital, a alavancagem consolidada da CPFL Energia permanece em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,52 vezes o EBITDA ao final do ano, no critério de medição de nossos *covenants* financeiros.

Outro importante acontecimento do segundo trimestre foi a alteração da política de pagamento de dividendos, onde fica definido o *payout ratio* mínimo de 50%. Assim sendo, a partir de 2020 será feito um balanço entre crescimento e *yield*.

No âmbito social e sustentável, destacamos o investimento de R\$ 150 milhões no Programa CPFL nos Hospitais, iniciativa que ajudará instituições públicas e filantrópicas a reduzirem suas contas de energia elétrica com ações de efficientização energética. Ao longo dos próximos 3 anos, serão instalados até 25 MWp em painéis fotovoltaicos nos hospitais filantrópicos, contribuindo com uma redução aproximada de 6.000 tonCO2 por ano, o que equivale ao plantio de cerca de 900 árvores.

Finalmente, a administração da CPFL Energia reitera o compromisso e confiança com os acionistas, clientes, parceiros, sociedade e demais *stakeholders*, seguindo otimista quanto aos avanços do setor elétrico brasileiro e confiante em nossa plataforma de negócios, baseada em eficiência operacional, governança corporativa, sustentabilidade, disciplina financeira e crescimento sinérgico, cada vez mais preparada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO (simplificado)

A CPFL Energia atua como *holding*, participando no capital de outras sociedades:



Distribuição



Comercialização



Serviços



Geração



Base: 31/12/2019

Notas:

- (1) A RGE é controlada pela CPFL Energia (89,0107%) e pela CPFL Brasil (10,9893%);
- (2) CPFL Soluções = CPFL Brasil + CPFL Serviços + CPFL Eficiência;
- (3) Parcela de 51,54% da disponibilidade da potência e de energia da UHE Serra da Mesa, referente ao Contrato de Suprimento de Energia entre a CPFL Geração e Furnas;
- (4) A CPFL Renováveis é controlada pela CPFL Energia (46,7609%) e pela CPFL Geração (53,1831%).

2. Comentário sobre a conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular em 2017, 2018 e 2019.

Alguns choques se abateram sobre a economia brasileira em 2019. Cabe citar a tragédia de Brumadinho, que levou a forte queda da extração de minério de ferro; a continuidade da

recessão argentina, que prejudicou as exportações brasileiras, especialmente de manufaturados; e a própria desaceleração da economia e do comércio mundiais. Em essência, foram os mesmos fatores que impuseram uma retração à produção da indústria em 2019, a despeito do crescimento da demanda doméstica.

Com o ritmo muito moderado da economia, a ociosidade dos fatores de produção permaneceu bastante elevada, o que se refletiu em níveis muito baixos da inflação (especialmente das suas medidas de núcleo). Este contexto, somado à consolidação da perspectiva de aprovação da reforma da Previdência, acabou por levar o Banco Central a voltar a flexibilizar a política monetária, levando os juros a novos patamares mínimos históricos (tanto em termos reais como nominais), ao longo do segundo semestre.

A aprovação da reforma da previdência, que evitará forte escalada dos gastos previdenciários a longo prazo, consolidou a visão de que estaria em curso uma queda estrutural das taxas de juros, de forma que a curva de juros, como um todo, sofreu uma forte correção, com recuo das taxas longas.

O impulso monetário, consoante à injeção pontual de recursos na economia (FGTS, PIS-PASEP, 13º do Bolsa Família), começa a tracionar a economia ao final de 2019. Dados melhores são vistos no crédito, comércio, em alguns segmentos de serviços e da indústria. Até mesmo a construção civil, segmento que sofreu as consequências da crise de forma mais profunda e prolongada, emite os primeiros sinais de certa recomposição.

A queda de juros no front doméstico levou também à troca de financiamentos externos (mais caros) por crédito doméstico, isento de risco cambial e mais acessível neste momento de expansão monetária - não apenas via sistema bancário, mas, também, e crescentemente, pelo mercado de capitais. Concomitantemente ao aumento das captações via emissões de ações e títulos, cresceu a demanda por dólares no mercado à vista para quitação das dívidas junto aos credores internacionais, o que levou a alguma pressão sobre a cotação do real. Nada capaz de alterar as projeções de inflação ou as perspectivas para a política monetária.

2019 se encerra, assim, com a economia ganhando tração e efeitos defasados da expansão monetária ainda por serem verificados. A inflação sofre os efeitos da mudança de preços relativos das proteínas, reflexo do repentino encolhimento do rebanho suíno chinês - mas esse elemento não suscita preocupação no horizonte relevante de política monetária. O Copom sinaliza que agirá com cautela, de modo que a taxa Selic deverá recuar pouco ou nada em 2020.

As projeções apresentadas pelo próprio Banco Central vão na direção de manutenção do baixo patamar dos juros por tempo prolongado. Enquanto o diferencial diminuto de juros internos/externos reduz o apetite do investidor em renda fixa, o diferencial de crescimento deve se traduzir em incentivo à entrada de recursos externos no país para investimentos, contendo depreciações adicionais da moeda e podendo até mesmo trazer moderada apreciação. O próprio ambiente internacional tende a contribuir para um ano de maior interesse por países emergentes, e a recente revisão da perspectiva do rating brasileiro pela S&P corrobora essa melhora de expectativa.

A diluição de incertezas observada neste final de ano sugere que 2020 pode ser um ano de menor tensão e volatilidade nos mercados, com reflexos benignos sobre a nossa economia. No entanto, os riscos de recrudescimento de incertezas nos parecem ainda relevantes. No cenário externo, as eleições norte-americanas prometem trazer momentos de tensão, bem como a própria precariedade do acordo recém-saído do forno entre EUA e China. No front doméstico, o risco de recrudescimento de tensões políticas também não é desprezível, lembrando que a agenda econômica pós-Previdência é mais difusa. Por fim, é preciso alertar que há dois "bodes fiscais" que podem trazer incômodo no curto prazo. O primeiro é a situação dos entes subnacionais: são poucos os estados que têm comprometimento menor do que 90% das receitas com despesas correntes (e o episódio recente da cidade do Rio de Janeiro, que suspendeu pagamentos, é exemplo do ambiente delicado em que o chamado pacto federativo será conduzido). O outro é o teto de gastos públicos: se não for flexibilizado, seu cumprimento exigirá esforço fiscal draconiano (sobretudo a partir de 2021), com potencial efeito restritivo sobre a economia.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo maior do que o atual. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2019 para cerca de 2,2% em 2020¹. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo.

AMBIENTE REGULATÓRIO

As principais alterações da regulação setorial de 2019 no segmento de distribuição são destacadas a seguir:

- 1) ANEEL aprimorou os critérios e procedimentos para elaboração do Programa Mensal da Operação Energética – PMO e para a formação do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD por meio da REN nº 843, de 02/04/2019;
- 2) A ANEEL revisou, por meio da REH nº 2551/19 e da REN 845, ambas de 21/05/2019, as faixas de acionamento e o valor dos adicionais das Bandeiras Tarifárias;
- 3) ANEEL aprimorou, por meio da Resolução Normativa nº 846, de 11/06/2019, a regulamentação relativa à imposição de penalidades aos concessionários, permissionários, autorizados e demais agentes de instalações e serviços de energia elétrica, bem como às entidades responsáveis pela operação do sistema, pela comercialização de energia elétrica e pela gestão de recursos provenientes de encargos setoriais;
- 4) A ANEEL alterou a Resolução Normativa nº 699/2016, que trata do controle dos atos e negócios jurídicos realizados entre as concessionárias, permissionárias e autorizadas e suas partes relacionadas, por meio da Resolução Normativa nº 865, de 17/12/2019.

TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Segmento de Distribuição

Reajuste Tarifário Anual (RTA):

As seguintes distribuidoras tiveram suas tarifas reajustadas conforme abaixo:

¹ Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes à 26/02/2020.

	CPFL Santa Cruz	CPFL Paulista	RGE	RGE Sul
Resolução Homologatória	2.522	2.526	2.557	
Reajuste	13,70%	12,02%	10,05%	
Parcela A	1,12%	0,78%	-2,16%	
Parcela B	0,90%	2,17%	2,21%	
Componentes Financeiros	11,68%	9,07%	10,00%	
Efeito para o consumidor	13,31%	8,66%	8,63%	1,72%
Data de entrada em vigor	22/03/2019	08/04/2019	19/06/2019	

Considerando o agrupamento das concessões RGE e RGE Sul, ocorrido em 31/12/2018, os mesmos percentuais de reajuste foram considerados para as duas concessões, porém o efeito percebido pelo consumidor é diferente em cada uma das concessões.

Revisão Tarifária Periódica:

	CPFL Piratininga
Resolução Homologatória	2.627
Reajuste	1,88%
Parcela A	-6,64%
Parcela B	1,24%
Componentes Financeiros	7,28%
Efeito para o consumidor	-7,80%
Data de entrada em vigor	23/10/2019

CPFL Piratininga

Em 23 de outubro de 2019, a Aneel homologou o resultado da quinta Revisão Tarifária Periódica da distribuidora CPFL Piratininga. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -7,80% e os detalhes podem ser encontrados na tabela acima.

Segmento de Geração

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M. Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária indireta Campos Novos Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

3. Desempenho operacional

VENDAS DE ENERGIA

Em 2019, o fornecimento de energia elétrica (quantidade de energia faturada para consumidores finais) totalizou 53.375 GWh, um aumento de 0,5% (284 GWh) em relação a 2018.

Destaca-se o desempenho da classe residencial e comercial, que juntas representam 58,2% do fornecimento de energia elétrica:

- **Classes Residencial e Comercial:** aumentos de 3,8% e 4,8%, respectivamente, refletindo os efeitos de temperatura do início e fim de ano, parcialmente compensado pela expansão da Geração Distribuída na área de concessão e pelo cenário macroeconômico.
- **Classe Industrial:** redução de 4,6%, refletindo o fraco desempenho econômico no ano e os efeitos das migrações dos clientes para a Rede Básica.

O suprimento de energia elétrica, por meio de outras concessionárias, permissionárias e autorizadas, atingiu 18.351 GWh, o que representou um aumento de 3,3% (595 GWh), devido principalmente ao aumento das vendas das distribuidoras.

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Grupo manteve a estratégia de estimular a disseminação e o compartilhamento das melhores práticas de gestão e operação nas distribuidoras, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes.

A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras nos principais indicadores que medem a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica. O DEC (Duração Equivalente de Interrupções) mede a duração média, em horas, de interrupção por consumidor no ano e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções) indica o número médio de interrupções por consumidor no ano.

Distribuidora	Indicadores* DEC e FEC			
	DEC (horas)		FEC (n° vezes)	
	2019	2018	2019	2018
CPFL Paulista	6,72	6,17	4,38	4,03
CPFL Piratininga	6,48	5,92	4,34	3,87
RGE	14,01	14,44	6,25	6,10
CPFL Santa Cruz	5,56	6,01	4,25	5,09

*Valores anualizados

*Valores de 2018 utilizando a composição das empresas Antiga RGE e RGE SUL

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2019, a capacidade instalada do segmento de Geração do grupo CPFL totalizava 4.304 MW, considerando-se a participação de 99,94% na CPFL Renováveis.

Em 31 de dezembro de 2019, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.133 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 40 PCHs (453 MW), 45 parques eólicos (1.309 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração convencional e renovável adicionais. Temos um portfólio total de 2,9 GW de projetos de geração renovável a serem desenvolvidos nos próximos anos e atualmente temos 110 MW em construção:

PCH Lucia Cherobim: projeto localizado no Estado do Paraná, tem previsão de entrada em operação em 2024. A capacidade instalada é de 28,0 MW e a garantia física é de 16,6 MW médios. A energia foi vendida por meio de contrato de longo prazo no leilão de energia nova (A-6) de 2018. (Preço: R\$ 189,95/MWh - dezembro de 2019).

Parques Eólicos do Complexo Gameleira: os parques eólicos Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, têm previsão de entrada em operação em 2024. A capacidade instalada é de 81,7 MW e a garantia física é de 39,4 MW médios. Houve um aumento na potência instalada, de 61,3 MW para 81,7 MW, que se deve à otimização de potência do aerogerador. Parte da energia (12,0 MW médios) foi vendida por meio de contrato de longo prazo no leilão de energia nova (A-6) de 2018. (Preço: R\$ 89,89/MWh - dezembro de 2019).

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita Operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 45.009 milhões, representando um aumento de 5,6% (R\$ 2.383 milhões), decorrente dos aumentos: (i) de 9,4% (R\$ 2.740 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (ii) de 11,9% (R\$ 650 milhões) no suprimento de energia elétrica; (iii) de 11,4% (R\$ 551 milhões) em outras receitas operacionais; e (iv) de 17,8% (R\$ 316 milhões) na receita com construção da infraestrutura da concessão. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela variação de R\$ 1.810 milhões nos ativos e passivos financeiros setoriais, passando de um ativo de R\$ 1.208 milhões em 2018 para um passivo de R\$ 602 milhões em 2019, e pela redução de 18,7% (R\$ 64 milhões) na atualização do ativo financeiro da concessão.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 15.077 milhões, apresentando um aumento de 4,1% (R\$ 587 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 29.932 milhões, representando um aumento de 6,4% (R\$ 1.796 milhões).

Geração Operacional de Caixa – EBITDA

O EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM Nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2019	2018
Lucro Líquido	2.748.296	2.165.995
Depreciação e amortização	1.681.053	1.594.065
Amortização Mais Valia de Ativos	579	579
Resultado financeiro	726.247	1.102.687
Contribuição social	336.610	213.673

Imposto de renda	901.386	560.310
EBITDA	6.394.173	5.637.308

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 6.394 milhões, um aumento de 13,4% (R\$ 757 milhões), refletindo principalmente o aumento de 6,4% (R\$ 1.796 milhões) na receita operacional líquida e o aumento de 4,4% (R\$ 15 milhões) na equivalência patrimonial. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 3,0% (R\$ 533 milhões) nos custos com energia elétrica e encargos e o aumento de 10,4% (R\$ 521 milhões) nos custos e despesas operacionais, inclusive gastos com previdência privada e custos com construção da infraestrutura da concessão.

Lucro Líquido

Em 2019, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 2.748 milhões, um aumento de 26,9% (R\$ 582 milhões), refletindo principalmente o aumento de 13,4% (R\$ 757 milhões) no EBITDA e a redução de 34,1% (R\$ 376 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Tais efeitos foram parcialmente compensados pelos aumentos de R\$ 464 milhões no Imposto de Renda e Contribuição Social e de 5,5% (R\$ 87 milhões) nas depreciações e amortizações.

Destinação do Lucro Líquido do Exercício

A política de dividendos da CPFL Energia estabelece que seja distribuído no mínimo 50% do lucro líquido ajustado, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	R\$ mil
Lucro líquido do exercício - Individual	2.702.671
Realização do resultado abrangente	25.672
Dividendos prescritos	765
Lucro líquido base para destinação	2.729.108
Reserva legal	(135.134)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(518.795)
Dividendo mínimo obrigatório	(641.884)
Dividendo adicional proposto	(1.433.295)

Dividendo

O Conselho de Administração propõe a distribuição de R\$ 2.075 milhões em dividendos aos detentores de ações ordinárias, negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3). O valor proposto corresponde a R\$ 1,800972882 por ação, relativo ao exercício fiscal de 2019.

Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro

Para este exercício, considerando o atual cenário macro com uma incipiente retomada econômica e, também considerando as incertezas quanto à hidrologia, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 519 milhões à reserva estatutária - reforço de capital de giro.

Endividamento

No final de 2019, a dívida financeira bruta (incluindo derivativos) da Companhia atingiu R\$ 18.294 milhões, apresentando uma redução de 7,4%. As disponibilidades totalizaram R\$ 1.937 milhões, um acréscimo de 2,4%. Com isso, a dívida financeira líquida passou para R\$ 16.356 milhões, registrando uma redução de 8,4%.

5. Investimentos

Em 2019, foram realizados investimentos de R\$ 2.254 milhões para manutenção e expansão do negócio, dos quais R\$ 2.033 milhões foram direcionados à distribuição, R\$ 159 milhões à geração (R\$ 126 milhões de geração renovável e R\$ 33 milhões de geração convencional) e R\$ 62 milhões à comercialização, serviços e outros. Complementarmente, houve um investimento de R\$ 21 milhões relacionado ao segmento de transmissão que, de acordo com o IFRIC 15, está registrado como "Ativo Contratual das Transmissoras" (outros créditos).

Entre os investimentos da CPFL Energia em 2019 podemos destacar:

Distribuição: foram feitos investimentos na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes, entre outros. Em 31 de dezembro de 2019, nossas distribuidoras possuíam 9,8 milhões de clientes, um acréscimo de 0,2 milhão de clientes. Nossa rede de distribuição consistia em 329.370 km de linhas de distribuição (acrécimo de 5.391 km de linhas), incluindo 476.474 transformadores de distribuição (acrécimo de 11.847 transformadores). Nossas cinco subsidiárias de distribuição tinham 12.856 km de linhas de distribuição de alta tensão entre 34,5 kV e 138 kV (acrécimo de 292 km de linhas). Nesta data, detínhamos 555 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subseqüente distribuição (aumento de 07 subestações), com capacidade total de transformação de 18.703 MVA (acrécimo de 125 MVA);

Geração: em 2019, foram investidos R\$ 159 milhões, sendo R\$ 33 milhões de geração convencional e R\$ 126 milhões de geração renovável, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e dos parques eólicos do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira).

6. Governança corporativa

O modelo de governança corporativa da CPFL Energia e das sociedades controladas se baseia nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Em 2019, a CPFL completou 15 anos da abertura de seu capital na B3 e na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"). Com mais de 100 anos de atuação no Brasil, a Companhia possui ações listadas no Novo Mercado da B3 e ADRs Nível III da NYSE (até 27 de janeiro de 2020, por conta da conclusão do processo de deslistagem da NYSE), segmentos de listagem diferenciados que reúne empresas que aderem às melhores práticas de governança corporativa. Todas as ações da CPFL são ordinárias, ou seja, dão direito de voto e os acionistas tem assegurado *Tag Along* de 100% em caso de alienação do controle acionário.

A Administração da CPFL é formada pelo Conselho de Administração ("Conselho"), órgão de deliberação, e pela Diretoria Estatutária, órgão executivo. O Conselho é responsável pelo direcionamento estratégico dos negócios da holding e das empresas controladas, sendo composto por 7 membros (sendo 2 membros independentes), cujo prazo de mandato é de 1 ano, com possibilidade de reeleição.

O Regimento Interno do Conselho estabelece os procedimentos para a avaliação dos conselheiros, sob a liderança do Presidente do Conselho, as principais obrigações e direitos dos conselheiros.

O Conselho constituiu 5 comitês de assessoramento (Estratégia e Processos de Gestão, Gestão de Recursos Humanos, Partes Relacionadas, Gestão de Riscos e Orçamento e Finanças Corporativas), que apoiam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos, como a gestão de pessoas e de riscos, sustentabilidade e o acompanhamento da auditoria interna, a análise das transações com Partes Relacionadas aos acionistas do bloco de controle e o tratamento das ocorrências registradas nos canais de denúncia e de conduta ética.

A Diretoria Executiva é composta por 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Presidente Adjunto e 8 Diretores Vice-presidentes, todos com mandato de 2 anos, com possibilidade de reeleição, cuja responsabilidade é a execução da estratégia da CPFL Energia e de suas sociedades controladas, que são definidas pelo Conselho em linha com as diretrizes de governança corporativa. A fim de garantir o alinhamento das práticas de governança, o Diretor Presidente e o Diretor Presidente Adjunto ocupam posições no Conselho de Administração das empresas que fazem parte do grupo CPFL.

A CPFL possui um Conselho Fiscal permanente, composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, que também exerce atividades de Audit Committee, em atendimento às regras da Lei Sarbanes Oxley (SOX) aplicáveis às empresas estrangeiras listadas em bolsa de valores nos Estados Unidos.

As Diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no website de Relações com Investidores <http://www.cpfl.com.br/ri>.

7. Mercado de capitais

Em 31 de dezembro de 2019, a CPFL Energia possuía 16,29% de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tendo suas ações negociadas no Brasil (B3) e na Bolsa de Nova York (NYSE).

Em 2019, as ações da CPFL Energia apresentaram valorização de 23,2% na B3 e de 17,8% na NYSE, encerrando o ano cotadas a R\$ 35,55 por ação e US\$ 17,46 por ADR. O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 61,4 milhões, dos quais R\$ 59,6 milhões na B3 e R\$ 1,8 milhões na NYSE, representando um aumento de 379,7% em relação a 2018. Esse aumento do volume de negociação das ações da CPFL Energia se deve principalmente ao aumento do *free float* da Companhia, de 5,25% para 16,29%, após a Oferta Pública de Ações, concluída em 12 de junho de 2019. O número de negócios realizados na B3 cresceu em 222,6%, passando de uma média diária de 1.645 negócios, em 2018, para 5.307 negócios, em 2019.

8. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

Desenvolvemos iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as

diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plano de sustentabilidade: definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Mudança do Clima: atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, atuando nas frentes de Gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE), Gestão de riscos e oportunidades, Inovação com foco no desenvolvimento de produtos e soluções, Engajamento junto a organizações e iniciativas como a Rede Brasileira do Pacto Global e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Divulgação por meio de reportes ao mercado e nossos canais de comunicação.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o apoio da alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: A manutenção do Selo Pró-Ética 2018/2019. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de 26 empresas dentre 373 participantes, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento presencial/e-learning do Programa de Integridade para 5.462 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade – CMI em todas unidades do grupo CPFL, Dia da Integridade que contou com a palestra do professor e filósofo Mário Sérgio Cortella. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2019 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2019, treinamos 11.746 pessoas, que representa 81% do quadro de colaboradores. Foram 4.264 turmas presenciais e 27.175 horas de treinamento online. Também lançamos a primeira Escola de Operadores do Brasil, formação gratuita que desenvolve profissionais para operar o sistema elétrico. Ao todo, foram 592 horas de treinamento e 24 alunos formados.

9. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2019, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram

superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e Sox).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Asseguração de informações para o BNDES	24/06/2019	3 meses
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Outros serviços de <i>compliance</i> tributário	01/09/2017	24 meses
Procedimentos previamente acordados – Revisões e retificações tributárias de anos anteriores	03/05/2018 e 05/07/2018	12 meses
Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2017	18/05/2018	24 meses
Procedimentos previamente acordados - Avaliação de impactos da CFURH (ANEEL)	30/09/2018	6 meses

Contratamos um total de R\$ 1.256 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 28% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox referentes ao exercício social de 2019 da Companhia e suas controladas.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

10. Agradecimentos

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2019. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

SUMÁRIO

ATIVO	15
PASSIVO	16
DRE	17
DRA	18
DMPL	19
FLUXO DE CAIXA	20
DVA	21
(1) CONTEXTO OPERACIONAL.....	22
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	27
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	39
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	40
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	40
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	40
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR.....	42
(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL.....	43
(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS	44
(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	48
(12) OUTROS ATIVOS	48
(13) INVESTIMENTOS	49
(14) IMOBILIZADO.....	54
(15) INTANGÍVEL	56
(16) ATIVO CONTRATUAL.....	58
(17) FORNECEDORES	58
(18) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	59
(19) DEBÊNTURES	62
(20) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	66
(21) TAXAS REGULAMENTARES	72
(22) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	73
(23) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	74
(24) OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	76
(25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	77
(26) LUCRO POR AÇÃO	79
(27) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	81
(28) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA.....	82
(29) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	83
(30) RESULTADO FINANCEIRO.....	83
(31) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	83
(32) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	84
(33) SEGUROS.....	85
(34) GESTÃO DE RISCOS.....	86
(35) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	88
(36) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	96
(37) COMPROMISSOS.....	96
(38) EVENTOS SUBSEQUENTES.....	96



CPFL Energia S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.909	79.364	1.937.163	1.891.457
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	851.004	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	4.985.578	4.547.951
Dividendo e juros sobre o capital próprio	13	816.205	701.731	100.297	100.182
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	78	9.441	87.698	123.739
Outros tributos a compensar	8	58.947	8.646	331.428	287.517
Derivativos	35	-	-	281.326	309.484
Ativo financeiro setorial	9	-	-	1.093.588	1.330.981
Ativo contratual	16	-	-	24.387	-
Outros ativos	12	400	417	648.161	811.005
Total do circulante		909.539	799.599	10.340.630	9.402.316
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	713.068	752.795
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	32	424.387	72.933	-	-
Depósitos judiciais	23	453	703	757.370	854.374
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	-	-	101.528	67.966
Outros tributos a compensar	8	-	-	370.595	185.725
Ativo financeiro setorial	9	-	-	2.748	223.880
Derivativos	35	-	-	369.767	347.507
Créditos fiscais diferidos	10	85.474	112.522	1.064.716	956.380
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	8.779.717	7.430.149
Investimentos em instrumentos patrimoniais		-	-	116.654	116.654
Outros ativos	12	3.960	4.863	736.019	927.440
Investimentos	13	12.327.132	9.816.139	997.997	980.362
Imobilizado	14	2.226	1.087	9.083.710	9.456.614
Ativo contratual	16	-	-	1.322.822	1.046.433
Intangível	15	120	110	9.320.953	9.462.935
Total do não circulante		12.843.753	10.008.356	33.737.664	32.809.214
Total do ativo		13.753.291	10.807.954	44.078.293	42.211.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Fornecedores	17	4.698	2.854	3.260.180	2.398.085
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	2.776.193	2.446.113
Debêntures	19	-	-	682.582	917.352
Entidade de previdência privada	20	-	-	224.851	86.623
Taxas regulamentares	21	-	-	232.251	150.656
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	40.629	8.261	218.961	100.450
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	22	25.315	5.258	741.536	664.989
Dividendo		645.737	491.602	668.859	532.608
Obrigações estimadas com pessoal		-	-	125.057	119.252
Derivativos	35	-	-	29.400	8.139
Uso do bem público		-	-	11.771	11.570
Outras contas a pagar	24	22.318	23.405	1.094.269	979.296
Total do circulante		738.697	531.380	10.065.908	8.415.132
Não circulante					
Fornecedores	17	-	-	359.944	333.036
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	7.587.102	8.989.846
Debêntures	19	-	-	7.863.696	8.023.493
Entidade de previdência privada	20	-	-	2.153.327	1.156.639
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	156.198	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	22	-	-	805	9.691
Débitos fiscais diferidos	10	-	-	1.048.069	1.136.227
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	23	123	241	600.775	979.360
Derivativos	35	-	-	6.157	23.659
Passivo financeiro setorial	9	-	-	102.561	46.703
Uso do bem público		-	-	91.181	89.965
Outras contas a pagar	24	20.090	13.584	759.331	475.396
Total do não circulante		20.213	13.825	20.729.147	21.264.015
Patrimônio líquido	25				
Capital social		9.388.081	5.741.284	9.388.081	5.741.284
Reserva de capital		(1.640.962)	469.257	(1.640.962)	469.257
Reserva legal		1.036.125	900.992	1.036.125	900.992
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		4.046.305	3.527.510	4.046.305	3.527.510
Dividendo		1.433.295	-	1.433.295	-
Resultado abrangente acumulado		(1.268.465)	(376.294)	(1.268.465)	(376.294)
		12.994.381	10.262.749	12.994.381	10.262.749
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	288.857	2.269.634
Total do patrimônio líquido		12.994.381	10.262.749	13.283.238	12.532.383
Total do passivo e do patrimônio líquido		13.753.291	10.807.954	44.078.293	42.211.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 ⁽¹⁾	2019	2018 ⁽¹⁾
Receita operacional líquida	27	2.309	1	29.932.474	28.136.627
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	28	-	-	(18.370.994)	(17.838.165)
Custo com operação		-	-	(2.894.165)	(2.733.754)
Depreciação e amortização		-	-	(1.278.272)	(1.237.627)
Outros custos com operação	29	-	-	(1.615.893)	(1.496.127)
Custo com serviço prestado a terceiros	29	-	-	(2.089.732)	(1.775.339)
Lucro operacional bruto		2.309	1	6.577.583	5.789.369
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		-	-	(699.910)	(608.184)
Depreciação e amortização		-	-	(5.211)	(4.260)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(233.424)	(169.259)
Outras despesas com vendas	29	-	-	(461.275)	(434.665)
Despesas gerais e administrativas		(52.712)	(43.930)	(1.027.230)	(987.291)
Depreciação e amortização		(273)	(201)	(109.132)	(65.319)
Outras despesas gerais e administrativas	29	(52.439)	(43.728)	(918.098)	(921.972)
Outras despesas operacionais		-	9	(486.993)	(485.427)
Amortização de intangível da concessão		-	-	(288.438)	(286.858)
Outras despesas operacionais	29	-	9	(198.555)	(198.569)
Resultado do serviço		(50.403)	(43.920)	4.363.450	3.708.467
Resultado de participações societárias	13	2.827.718	2.250.835	349.090	334.198
Resultado antes do resultado financeiro		2.777.315	2.206.915	4.712.540	4.042.664
Resultado financeiro	30				
Receitas financeiras		49.344	(22.160)	903.575	762.413
Despesas financeiras		(1.326)	(5.140)	(1.629.822)	(1.865.100)
		48.018	(27.300)	(726.247)	(1.102.687)
Lucro antes dos tributos		2.825.333	2.179.616	3.986.293	2.939.977
Contribuição social	10	(30.828)	(30.814)	(336.610)	(213.673)
Imposto de renda	10	(91.835)	(90.760)	(901.386)	(560.310)
		(122.662)	(121.575)	(1.237.996)	(773.982)
Lucro líquido do exercício		2.702.671	2.058.040	2.748.297	2.165.995
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				2.702.671	2.058.040
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				45.626	107.955
Lucro por ação básico atribuído aos acionistas controladores - R\$	26			2,48	2,02
Lucro por ação diluído atribuído aos acionistas controladores - R\$	26			2,47	2,01

(1) Veja nota explicativa 2.8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	2.702.671	2.058.040
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos da Companhia	(866.498)	(220.817)
Resultado abrangente do exercício - individual	1.836.173	1.837.223
	Consolidado	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	2.748.297	2.165.995
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
- Ganhos (Perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(865.402)	(238.780)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(1.097)	17.963
Resultado abrangente consolidado do exercício	1.881.799	1.945.178
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	1.836.173	1.837.223
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	45.626	107.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Resultado abrangente acumulado			Participação de acionistas não controladores				
	Reserva estatutária					Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada / Risco de crédito na marcação a mercado	Lucros acumulados	Total	Resultado abrangente acumulado	Outros componentes do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Ativo financeiro da concessão	Reforço de capital de giro								
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.741.284	468.014	798.090	826.600	1.292.046	-	405.840	(570.346)	-	8.961.528	11.833	2.212.983	11.186.344
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	(186.671)	1.975.433	1.788.762	-	107.955	1.896.717
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.058.040	2.058.040	-	107.955	2.165.995
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	-	52.109	(34.146)	17.963	-	-	17.963
Efeito da aplicação inicial do IFRS 9 / CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.461)	(48.461)	-	-	(48.461)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(238.780)	-	(238.780)	-	-	(238.780)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	5	102.902	(826.600)	2.235.465	-	(25.118)	-	(1.486.648)	5	(1.777)	1.664	(108)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(38.057)	-	38.057	-	(2.693)	2.693	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	12.939	(12.939)	-	916	(916)	-
Constituição da reserva legal	-	-	102.902	-	-	-	-	-	(102.902)	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no exercício	-	-	-	(826.600)	2.235.465	-	-	-	(1.408.864)	-	-	-	-
Outras movimentações	-	5	-	-	-	-	-	-	-	5	-	(113)	(108)
Transações de capital com os acionistas	-	1.238	-	-	-	-	-	-	(488.785)	(487.547)	-	(63.024)	(550.571)
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.452)	(4.452)
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	(488.785)	(488.785)	-	(64.233)	(553.018)
Outras movimentações	-	1.238	-	-	-	-	-	-	-	1.238	-	5.661	6.899
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.741.284	469.257	900.992	-	3.527.510	-	380.721	(757.016)	-	10.262.749	10.055	2.259.578	12.532.383
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	(866.498)	2.702.671	1.836.173	-	45.626	1.881.799
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.702.671	2.702.671	-	45.626	2.748.297
de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(1.097)	-	(1.097)	-	-	(1.097)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(865.402)	-	(865.402)	-	-	(865.402)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	135.134	-	518.795	-	(25.672)	-	(628.257)	-	(1.777)	1.697	(80)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	(38.897)	-	38.897	-	(2.693)	2.693	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	13.225	(13.225)	-	916	(916)	-
Constituição da reserva legal	-	-	135.134	-	-	-	-	-	(135.134)	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no exercício	-	-	-	-	518.795	-	-	-	(518.795)	-	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80)	(80)
Transações de capital com os acionistas	3.646.797	(2.110.218)	-	-	-	1.433.295	-	-	(2.074.414)	895.459	-	(2.026.323)	(1.130.864)
Aumento (redução) de capital	3.694.342	-	-	-	-	-	-	-	-	3.694.342	-	122	3.694.464
Custo na emissão de ações	(47.544)	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.544)	-	-	(47.544)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(75.298)	-	-	-	-	-	-	-	(75.298)	-	75.298	-
Aquisição de não controladores da CPFL Renováveis (nota 1.c)	-	(2.034.920)	-	-	-	-	-	-	-	(2.034.920)	-	(2.072.635)	(4.107.555)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	1.433.295	-	-	(1.433.295)	-	-	-	-
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	765	765	-	-	765
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	(641.884)	(641.884)	-	(29.109)	(670.993)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.388.081	(1.640.962)	1.036.125	-	4.046.305	1.433.295	355.049	(1.623.514)	-	12.994.381	8.278	280.578	13.283.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes dos tributos	2.825.333	2.179.616	3.986.293	2.939.977
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	273	201	1.681.053	1.594.064
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	408	(117)	204.795	153.977
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	233.424	169.259
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	(6.318)	2.932	919.836	1.117.742
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-	-	112.603	89.909
Equivalência patrimonial	(2.827.718)	(2.250.835)	(349.090)	(334.198)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	-	189.566	216.275
Outros	-	-	(121)	(27.052)
	(8.022)	(68.204)	6.978.359	5.919.953
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	(631.078)	(1.006.291)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	1.295.427	596.100	331.754	311.347
Tributos a compensar	(5.388)	109.719	(174.263)	92.090
Depósitos judiciais	260	(25)	130.725	22.926
Ativo financeiro setorial	-	-	628.157	(846.216)
Contas a receber - CDE	-	-	36.240	59.196
Outros ativos operacionais	1.276	1.147	(70.790)	(47.835)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	1.845	1.210	889.002	(848.880)
Outros tributos e contribuições sociais	19.815	4.541	10.344	(59.102)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(144.494)	(107.668)
Taxas regulamentares	-	-	81.595	(430.944)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(542)	(259)	(484.153)	(215.873)
Passivo financeiro setorial	-	-	(25.696)	(64.361)
Contas a pagar - CDE	-	-	(20.187)	71.779
Outros passivos operacionais	5.413	6.407	349.303	176.308
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.310.084	650.636	7.884.817	3.026.428
Encargos de dívidas e debêntures pagos	-	(4.235)	(1.132.479)	(1.353.339)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.388)	(80.234)	(963.806)	(816.402)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.288.696	566.167	5.788.530	856.686
Atividades de investimento				
Redução (Aumento) de capital em investidas	(4.107.555)	-	-	(1.096)
Aquisições de imobilizado	(1.763)	(286)	(188.994)	(275.986)
Adições de ativo contratual	-	-	(2.054.306)	(1.769.573)
Adições e construções de intangível	(15)	(42)	(19.147)	(16.864)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	-	(250)	(1.184.804)	(554.669)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	-	-	378.560	767.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	(14.160)	(82.415)	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(424.371)	(80.512)	-	-
Recebimentos de mútuos com controladas e coligadas	78.391	135.222	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(4.469.473)	(28.283)	(3.068.691)	(1.850.688)
Atividades de financiamento				
Aumento de capital por acionistas não controladores	3.622.305	-	3.622.305	7.994
Aumento de participação societária em investimento já existente	-	-	(4.107.555)	-
Captação de empréstimos e debêntures	-	-	5.256.705	9.610.814
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-	(186.000)	(7.136.612)	(10.204.257)
Liquidação de operações com derivativos	-	-	219.257	543.427
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	12	-
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(486.984)	(279.101)	(534.061)	(322.163)
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	-	5.813	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	3.135.321	(465.101)	(2.674.135)	(364.185)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(45.456)	72.783	45.704	(1.358.187)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	79.364	6.581	1.891.457	3.249.642
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	33.909	79.364	1.937.163	1.891.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
1 - Receita	4.322	329	45.092.420	42.759.621
1.1 Receita de venda de energia e serviços	2.544	1	42.921.143	40.854.038
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	1.778	328	316.706	302.620
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	2.087.995	1.772.222
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(233.424)	(169.259)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(19.329)	(12.858)	(24.303.692)	(23.378.560)
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	(20.293.644)	(19.757.090)
2.2 Material	(1.937)	(625)	(1.554.949)	(1.349.291)
2.3 Serviços de terceiros	(14.860)	(10.502)	(1.685.925)	(1.529.696)
2.4 Outros	(2.531)	(1.731)	(769.174)	(742.483)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	(15.007)	(12.528)	20.788.729	19.381.061
4 - Retenções	(273)	(201)	(1.687.809)	(1.602.182)
4.1 Depreciação e amortização	(273)	(201)	(1.399.371)	(1.315.323)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(288.438)	(286.859)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	(15.281)	(12.730)	19.100.920	17.778.879
6 - Valor adicionado recebido em transferência	2.913.365	2.268.815	1.330.738	1.183.083
6.1 Receitas financeiras	85.648	17.980	981.648	848.885
6.2 Equivalência patrimonial	2.827.718	2.250.835	349.090	334.198
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	2.898.085	2.256.086	20.431.658	18.961.962
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	29.470	27.035	1.475.315	1.390.996
8.1.1 Remuneração direta	11.073	10.679	817.839	795.377
8.1.2 Benefícios	16.982	14.885	590.696	530.120
8.1.3 F.G.T.S	1.415	1.471	66.779	65.499
8.2 Impostos, taxas e contribuições	164.498	165.840	14.477.216	13.452.580
8.2.1 Federais	164.466	165.799	7.503.813	7.231.289
8.2.2 Estaduais	32	41	6.942.156	6.195.062
8.2.3 Municipais	-	-	31.247	26.230
8.3 Remuneração de capital de terceiros	1.445	5.170	1.730.833	1.952.391
8.3.1 Juros	1.315	5.136	1.651.188	1.879.399
8.3.2 Aluguéis	130	35	79.645	72.992
8.4 Remuneração de capital próprio	2.702.671	2.058.040	2.748.297	2.165.995
8.4.1 Dividendo (inclui dividendo adicional proposto)	2.075.179	546.274	2.075.179	581.029
8.4.2 Lucros retidos	627.492	1.511.766	673.118	1.584.966
	2.898.084	2.256.086	20.431.658	18.961.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brasil.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Distribuição de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização / Área de concessão (Estado)	Nº de municípios	Nº de consumidores aproximados (em milhares)	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de São Paulo	234	4.581	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior e litoral de São Paulo	27	1.789	30 anos	Outubro de 2028
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE") (f)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta e Indireta 100%	Interior do Rio Grande do Sul	381	2.922	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Jaguarí de Energia ("CPFL Santa Cruz")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo, Paraná e Minas Gerais	45	466	30 anos	Julho de 2045

Geração de energia (fontes convencionais e renováveis) e Transmissão de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (Estado)	Nº usinas / tipo de energia	Potência instalada (MW)	
					Total	Participação CPFL
CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	São Paulo e Goiás	3 usinas hidrelétricas (a)	1295	678
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 65%	Rio Grande do Sul	3 usinas hidrelétricas	360	234
Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51% (d)	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 usina hidrelétrica	855	436
Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 48,72%	Santa Catarina	1 usina hidrelétrica	880	429
BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 25,01%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 usina hidrelétrica	690	173
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 53,34%	Paraíba	2 usinas termelétricas	342	182
Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 59,93% (b)	Tocantins	1 usina hidrelétrica	903	38
CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta e Indireta 99,94%	(c)	(c)	(c)	(c)
CPFL Centrais Geradoras Ltda ("CPFL Centrais Geradoras")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo e Minas Gerais	6 centrais geradoras hidrelétricas	4	4
CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda ("CPFL Piracicaba")	Sociedade limitada (h)	Indireta 100%	São Paulo	n/a	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda ("CPFL Morro Agudo")	Sociedade limitada (h)	Indireta 100%	São Paulo	n/a	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda ("CPFL Maracanaú") (e)	Sociedade limitada (h)	Indireta 100%	Ceará	n/a	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda ("CPFL Sul I") (e)	Sociedade limitada (h)	Indireta 100%	Santa Catarina	n/a	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda ("CPFL Sul II") (e)	Sociedade limitada (h)	Indireta 100%	Rio Grande do Sul	n/a	n/a	n/a

Comercialização de energia	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Direta 100%
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda ("CPFL Meridional")	Sociedade limitada	Comercialização e prestação de serviços de energia	Indireta 100%
CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda ("CPFL Cone Sul")	Sociedade limitada (h)	Comercialização de energia e participação no capital social de outras companhias	Indireta 100%
CPFL Planalto Ltda ("CPFL Planalto")	Sociedade limitada	Comercialização de energia	Direta 100%
CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda ("CPFL Brasil Varejista")	Sociedade limitada (h)	Comercialização de energia	Indireta 100%

Prestação de serviços	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços")	Sociedade por ações de capital fechado	Fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos eletro-mecânicos e prestação de serviços	Direta 100%
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda ("CPFL Infra")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de infraestrutura e frota	Direta 100%
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda ("CPFL Pessoas")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de recursos humanos	Direta 100%
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda ("CPFL Finanças")	Sociedade limitada	Prestação de serviços financeiros	Direta 100%
Nect Serviços Adm de Suprimentos e Logística Ltda ("CPFL Supre")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de suprimentos e logística	Direta 100%
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda ("CPFL Atende")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de tele-atendimento	Direta 100%
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda ("CPFL Total")	Sociedade limitada	Serviços de arrecadação e cobrança	Direta 100%
CPFL Eficiência Energética Ltda ("CPFL Eficiência")	Sociedade limitada (h)	Gestão em eficiência energética	Direta 100%
TI Nect Serviços de Informática Ltda ("Authi")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de informática	Direta 100%
CPFL Geração Distribuída de Energia Ltda ("CPFL GD")	Sociedade limitada (h)	Comercialização e prestação de serviços na área de geração	Indireta 100%
Outras	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Jaguarí de Geração de Energia Ltda ("Jaguarí Geração")	Sociedade limitada	Sociedade de participação	Direta 100%
Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 51%
Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 99,95%
CPFL Telecomunicações Ltda ("CPFL Telecom")	Sociedade limitada (h)	Prestação de serviços na área de telecomunicações	Direta 100%

- a) A CPFL Geração possui 51,54% sobre a energia assegurada e potência da UHE Serra da Mesa, cuja concessão pertence a Furnas.
- b) A Paulista Lajeado possui 7% de participação na potência instalada da Investco S.A (5,94% de participação no capital social total).
- c) A CPFL Renováveis possui operações nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2019, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 107 empreendimentos de 2.446,3 MW de capacidade instalada (2.132,7 MW em operação), sendo:
- Geração de energia hidrelétrica: 41 pequenas centrais hidrelétricas – PCHs (481,1 MW) com 40 PCHs em operação (453,1 MW) e 1 PCHs em construção (28 MW);
 - Geração de energia eólica: 57 empreendimentos (1.594,1 MW) com 45 projetos em operação (1.308,5 MW) e 12 projetos em construção/desenvolvimento (285,6 MW);
 - Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (370 MW);
 - Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW).
- d) O empreendimento controlado em conjunto Chapecoense possui como controlada direta a Foz do Chapecó, e consolida suas demonstrações financeiras de forma integral.
- e) Constituídas em março de 2019 com o objetivo de exploração de concessões de transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de rede básica.
- f) Conforme descrito na nota 13.5 das demonstrações financeiras de dezembro de 2018, foi aprovado pela ANEEL o agrupamento das controladas RGE e RGE Sul. A partir de 1º de janeiro de 2019 as operações destas controladas passaram a ser realizadas somente pela RGE Sul, que passou a ter como nome fantasia "RGE".
- g) Em 30 de setembro de 2019, foi aprovada a cisão parcial da Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda. - "CPFL Infra" (anteriormente denominada Nect Serviços Administrativos Ltda.) em quatro segmentos de negócios específicos (Suprimentos, Recursos Humanos, Serviços Financeiros e

Infraestrutura) e a incorporação da parcela cindida para as três novas empresas CPFL Supre, CPFL Finanças e CPFL Pessoas. A operação tem como objetivo a melhora na qualidade dos serviços prestados pela empresa, através de uma maior especialização de suas atividades. O acervo líquido apurado nesta transação foi de R\$ 16.746 e não gerou nenhum efeito nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo e nem tampouco alteração na participação das empresas.

- h) Controladas que tiveram o processo de transformação de sociedade por ações de capital fechado para sociedade limitada em assembleias ocorridas em janeiro de 2020.

Aquisição de participação da controlada CPFL Renováveis

Em 30 de setembro de 2019 a Companhia, através da conclusão do contrato de compra e venda de ações com a sua controladora State Grid Brazil Power Participações S.A. (“State Grid”), adquiriu 243.771.824 ações da controlada CPFL Renováveis, elevando sua participação total (direta e indireta) de 51,60% para 99,94% do capital da CPFL Renováveis. O valor pago à vista foi de R\$ 16,85 por ação, equivalente a R\$ 4.107.555. Considerando que esta transação não gerou uma combinação de negócios, o registro no balanço da controladora foi de R\$ 2.072.635 de aumento no investimento da Companhia e uma redução de R\$ 2.034.920 na reserva de capital, por conta da transação entre sócios. No consolidado, os respectivos impactos foram de uma redução de R\$ 2.072.635 no patrimônio líquido dos acionistas não controladores e redução de R\$ 2.034.920 na reserva de capital.

Deslistamento na New York Stock Exchange - EUA

Em 18 de dezembro de 2019, foi aprovada em reunião da Diretoria Executiva a intenção da Companhia de: (i) rescindir o Second Amended and Restated Deposit Agreement (“Contrato de Depósito”) com o Citibank N.A. (“Citibank”), relacionado aos seus American Depositary Receipts (“ADRs”); (ii) deslistar suas American Depositary Shares (“ADSs”) da New York Stock Exchange (“NYSE”); e (iii) uma vez que a Companhia cumpra com os requisitos aplicáveis, cancelar seu registro com a U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América (“SEC”). A Companhia entende que o racional econômico para manter uma listagem na NYSE diminuiu devido, em parte, a: (i) aumentos no volume negociado de ações brasileiras na B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”) no Brasil por investidores estrangeiros, devido à internacionalização do mercado financeiro e de capitais brasileiro, além do estreitamento da distância entre os padrões de divulgação do Brasil e dos EUA com relação a reportes financeiros; e (ii) uma tendência decrescente nos últimos anos no volume de negociação das ADSs da Companhia da NYSE.

Em 10 de fevereiro de 2020, a Companhia, através de Comunicado ao Mercado, informou que a deslistagem das suas ADSs da NYSE, mencionada no item (ii) acima, passa a ter eficácia a partir desta data.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 04 de março de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 35 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos, vide nota 34);
- Nota 12 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 14 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 15 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 20 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); e
- Nota 23 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados

pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos do Grupo utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de distribuição de energia elétrica (“Distribuição”); (ii) atividades de geração e transmissão de energia elétrica por fontes convencionais (“Geração”); (iii) atividades de geração de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”); (iv) atividades de comercialização de energia (“Comercialização”); (v) atividades de prestação de serviços (“Serviços”); e (vi) outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, e (ii) a participação minoritária na controlada Paulista Lajeado na Investco S.A., as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN, Paulista Lajeado e CPFL Renováveis.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

2.8 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das demonstrações financeiras para monitoramento dos resultados pela Administração do Grupo, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de depreciação e amortização em duas rubricas nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23/IAS 8, e, portanto, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras de 2018 do Grupo:

	Controladora			Consolidado		
	2018			2018		
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
Receita operacional líquida	1	-	1	28.136.627	-	28.136.627
Custo do serviço						
Custo com energia elétrica	-	-	-	(17.838.165)	-	(17.838.165)
Custo de operação	-	-	-	(2.733.754)	-	(2.733.754)
Depreciação e Amortização	-	-	-	-	(1.237.627)	(1.237.627)
Outros custos com Operação	-	-	-	-	(1.496.127)	(1.496.127)
Custo do serviço prestado a terceiros	-	-	-	(1.775.339)	-	(1.775.339)
Lucro operacional bruto	1	-	1	5.789.369	-	5.789.369
Despesas operacionais						
Despesas com vendas	-	-	-	(608.184)	-	(608.184)
Depreciação e Amortização	-	-	-	-	(4.260)	(4.260)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(169.259)	-	(169.259)
Outras despesas com vendas	-	-	-	(438.925)	4.260	(434.665)
Despesas gerais e administrativas	(43.930)	-	(43.930)	(987.291)	-	(987.291)
Depreciação e Amortização	-	(201)	(201)	-	(65.319)	(65.319)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(43.728)	(43.728)	-	(921.972)	(921.972)
Outras despesas operacionais	9	-	9	(485.427)	-	(485.427)
Amortização de intangível da concessão	-	-	-	-	(286.858)	(286.858)
Outras Despesas Operacionais	-	9	9	-	(198.569)	(198.569)
Resultado do serviço	(43.920)	-	(43.920)	3.708.467	-	3.708.467
Resultado de participações societárias	2.250.835	-	2.250.835	334.198	-	334.198
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	(22.160)	-	(22.160)	762.413	-	762.413
Despesas financeiras	(5.140)	-	(5.140)	(1.865.100)	-	(1.865.100)
	(27.300)	-	(27.300)	(1.102.687)	-	(1.102.687)
Lucro antes dos tributos	2.179.616	-	2.179.616	2.939.977	-	2.939.977
Contribuição social	(30.814)	-	(30.814)	(213.673)	-	(213.673)
Imposto de renda	(90.760)	-	(90.760)	(560.310)	-	(560.310)
	(121.575)	-	(121.575)	(773.982)	-	(773.982)
Lucro líquido do exercício	2.058.040	-	2.058.040	2.165.995	-	2.165.995
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				2.058.040	-	2.058.040
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				107.955	-	107.955
Lucro por ação básico atribuído aos acionistas controladores - R\$				2,02	-	2,02
Lucro por ação diluído atribuído aos acionistas controladores - R\$				2,01	-	2,01

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pelo Grupo em 1º de janeiro de 2019 descritas na nota explicativa 3.17.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das

obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Contratos de concessão

Distribuidoras:

O ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura das concessionárias de distribuição é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão das distribuidoras é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA para as controladas do segmento de distribuição. O ativo financeiro das distribuidoras enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura das distribuidoras, (ii) da forma como as controladas gerenciam as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio do Grupo, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

Transmissoras:

As transmissoras do Grupo são responsáveis por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo.

3.3 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- o é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- o seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- o é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- o seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 35). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- o eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- o termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- o os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, o Grupo mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio do Grupo não é alterada por esta razão.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

O Grupo realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 35.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.5 Intangível e Ativo Contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

O ágio (“goodwill”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (i) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.
- (ii) Investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão) em serviço: em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação de distribuição de energia elétrica da Companhia e devem respeitar as mesmas regras regulatórias descritas no item 3.4.

- (iii) Uso do Bem Público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

A partir de 1º de janeiro de 2018, os ativos de infraestrutura da concessão em curso das distribuidoras foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47 / IFRS 15.

3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

O Grupo avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pelo Grupo resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("*PD*" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("*EAD*" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("*LGD*" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o *ágio* ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: *ágio*, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo *ágio*, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.8 Benefícios a empregados

Algumas controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.9 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua

deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. As controladas de distribuição de energia efetuam a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e faturam mensalmente o consumo de MWh baseadas nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia de cada distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura das transmissoras é registrada de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, tendo como contrapartida um ativo contratual.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos pelo regime de competência sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento do Grupo.

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.13 Subvenção governamental – CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pelo Grupo. São registradas no resultado dos exercícios nos quais o Grupo reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (nota 27) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras, nos termos do CPC 07/IAS 20.

3.14 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando as concessionárias e permissionárias autorizadas a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada quatro anos ou cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita das distribuidoras é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela concessionária nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.15 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“goodwill”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.16 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados

integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas CPFL Geração, CPFL Brasil, Jaguari Geração, CPFL Renováveis e CPFL Eficiência são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 13.4.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.17 Novas normas e interpretações vigentes

As seguintes normas foram emitidas e/ou revisadas pelo IASB e CPC, as quais entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019:

a) IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17 / CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. A IFRS 16 / CPC 06 (R2) é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, eliminando a antiga classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil).

A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia e suas controladas avaliaram o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas das controladas indiretas da CPFL Renováveis, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. Para os demais contratos, em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa, o Grupo avaliou a norma e concluiu que não houve impacto material na adoção da mesma.

Para os demais contratos nos quais a Companhia e/ou suas controladas atuam como arrendatárias, como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, os valores resultantes do ativo de direito de uso, bem como do passivo de arrendamento foram considerados imateriais e não foram registrados.

b) IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pelo Grupo.

A IFRIC 23 / ICPC 22 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. O Grupo avaliou a interpretação e o impacto da adoção da norma foi a reclassificação dos saldos de provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro para a rubrica de Imposto de renda pessoa jurídica (nota 22).

3.18 Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente - revisão de Pronunciamentos técnicos nº 14 do CPC (deliberação CVM 836/19)

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

Definição de Negócios (Alterações no CPC 15 (R1) / IFRS 3): essa alteração esclarece a definição de 'negócio', visando facilitar a decisão das empresas sobre como classificar a aquisição de um conjunto de atividades e de ativos entre uma combinação de negócios efetiva ou simplesmente uma aquisição de grupos de ativos.

Iniciativa de Divulgação – Definição de Material (Alterações no IAS 1 / CPC 26 (R1) e IAS 8 / CPC 23): essa alteração esclarece a definição de 'material', visando ajudar as empresas a fazer um melhor julgamento para definir se a informação sobre determinado item, transação ou outro evento deve ser divulgada nas demonstrações financeiras sem alterar substancialmente os requisitos existentes.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O Grupo determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Imobilizado, intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 35) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos das concessionárias de distribuição, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária das distribuidoras. Este processo, realizado a cada quatro ou cinco anos, de

acordo com cada concessionária, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa das distribuidoras que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária de distribuição ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldos bancários	2.195	2.824	450.622	422.968
Aplicações financeiras	31.714	76.540	1.486.541	1.468.489
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	-	-	66
Títulos de crédito privado (b)	31.714	76.540	1.279.740	639.601
Fundos de investimento (c)	-	-	206.801	828.822
Total	33.909	79.364	1.937.163	1.891.457

- Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).
- Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB’s no montante de R\$ 994.521 (R\$ 462.551 em 31 de dezembro de 2018), (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 284.863 (R\$ 177.050 em 31 de dezembro de 2018) e (iii) letras de arrendamento mercantil no montante de R\$ 356. Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 94,13% do CDI.
- Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 92,26% do CDI.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	Consolidado
	31/12/2019
Através de fundos de investimentos (a)	449.786
Aplicação direta (b)	401.218
Total	851.004

- Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,87% do CDI, com vencimentos a partir de setembro de 2020.
- Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, LFT, cuja remuneração equivalente, na média de 100% do CDI, com vencimento em setembro de 2020.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é como segue:

	Consolidado				
	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	862.310	623.993	74.327	1.560.630	1.459.186
Industrial	338.849	77.400	87.829	504.078	480.184
Comercial	365.729	96.886	35.884	498.499	466.483
Rural	110.692	27.253	11.919	149.864	123.392
Poder público	87.233	28.149	4.007	119.389	99.051
Iluminação pública	66.735	6.890	5.747	79.373	77.868
Serviço público	99.803	19.536	5.317	124.655	121.840
Faturado	1.931.351	880.107	225.030	3.036.488	2.828.004
Não faturado	1.230.883	-	-	1.230.883	1.158.106
Parcelamento de débito de consumidores	172.992	37.469	36.970	247.431	224.903
Operações realizadas na CCEE	319.728	2.313	28.313	350.354	175.176
Concessionárias e permissionárias	387.444	3.838	12.346	403.628	428.361
Outros	50.191	-	-	50.191	34.002
	4.092.589	923.727	302.659	5.318.975	4.848.552
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(333.396)	(300.601)
Total				4.985.578	4.547.951
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	179.045	-	-	179.045	196.635
Energia livre	6.739	-	-	6.739	6.360
Operações realizadas na CCEE	221.382	305.901	-	527.284	549.800
Total	407.166	305.901	-	713.068	752.795

Parcelamento de débitos de consumidores - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com intervenção bancária.

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE e (iii) saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais (liminares) de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias, efetuados, principalmente, pelas controladas CPFL Geração, CPFL Brasil e CPFL Renováveis.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 35 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2017	(266.876)	(29.379)	(296.255)
Provisão revertida (constituída) líquida	(277.802)	1.419	(276.383)
Recuperação de receita	107.122	-	107.122
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	(72.687)	(738)	(73.426)
Baixa de contas a receber provisionadas	209.641	-	209.641
Saldo em 31/12/2018	(300.601)	(28.698)	(329.299)
Provisão revertida (constituída) líquida	(433.224)	(320)	(433.543)
Recuperação de receita	200.046	73	200.119
Baixa de contas a receber provisionadas	200.382	(73)	200.309
Saldo em 31/12/2019	(333.396)	(29.019)	(362.415)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Circulante</u>				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	-	5.088	12.373
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	49	12.522	36.972
Imposto de renda e contribuição social a compensar	78	9.392	70.088	74.395
Imposto de renda e contribuição social a compensar	78	9.441	87.698	123.739
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	40.099	7.909	40.432	8.163
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	18.847	346	80.499	92.210
ICMS a compensar	-	-	144.415	125.669
Programa de integração social - PIS	-	65	10.958	9.970
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	326	51.084	46.741
Outros	-	-	4.039	4.764
Outros tributos a compensar	58.947	8.646	331.428	287.517
Total circulante	59.025	18.087	419.126	411.256
<u>Não circulante</u>				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	65.589	62.458
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	35.939	5.508
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	101.528	67.966
ICMS a compensar	-	-	191.523	174.596
Programa de integração social - PIS	-	-	30.987	1.060
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	142.779	4.885
Outros	-	-	5.306	5.185
Outros tributos a compensar	-	-	370.595	185.725
Total não circulante	-	-	472.123	253.691

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

Contribuição social a compensar – CSLL - No não circulante, refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela controlada CPFL Paulista, transitada em julgado. A controlada CPFL Paulista está aguardando a autorização de habilitação do crédito junto à Receita Federal, para realizar sua posterior compensação.

ICMS a compensar – No não circulante, refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos imobilizados, ativos intangíveis e ativos financeiros.

Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

Algumas controladas da CPFL Energia fazem parte de diversos processos judiciais em andamento envolvendo o Governo Federal do Brasil, os quais estão relacionados à exclusão dos montantes de ICMS na base fiscal de PIS e COFINS e ao direito de ressarcimento de valores anteriormente pagos. Em 2019, a controlada CPFL Santa Cruz (relacionado aos processos originais de quatro companhias agrupadas - CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa) obteve decisão judicial final favorável em última instância, a qual não está sujeita a novo recurso. Como resultado, a controlada registrou um crédito fiscal de R\$ 166.870, utilizando método de cálculo em conformidade com a Orientação da Receita Federal 13/2018. Baseado em opiniões legais, o Grupo entende que montantes recebidos como créditos fiscais por suas controladas de distribuição deverão ser reembolsados aos consumidores assim que a Receita Federal aprovar tais compensações de créditos a pagar aos consumidores afetados. O Grupo permanece analisando, com seus assessores legais, o período relevante aplicável para cálculo da devolução de créditos fiscais para os consumidores, os quais podem ser para um período de três, cinco ou dez anos. Em 2019, a controlada registrou um passivo relacionado à necessidade de devolução de créditos fiscais, considerando um período máximo de 10 anos.

Portanto, para o período encerrado em 31 de dezembro de 2019, a CPFL Santa Cruz registrou um ativo de R\$ 167.777 na rubrica de “tributos a compensar”, em contrapartida a um passivo de R\$ 132.607 em “outras contas a pagar – consumidores” e uma redução de R\$ 34.495 em “deduções da receita operacional – PIS e COFINS” e atualização financeira de R\$ 675. Adicionalmente, nenhum registro foi feito nas demais controladas, uma vez que aguardam decisões finais de seus respectivos processos.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2018			Receita operacional (nota 27)		Resultado financeiro (nota 30)	Saldo em 31/12/2019		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	1.306.751	592.281	1.899.031	753.571	(1.367.194)	103.815	891.247	497.977	1.389.225
CVA (*)									
CDE (**)	208.156	(7.275)	200.881	50.609	(149.085)	16.954	1.277	118.083	119.360
Custos energia elétrica	586.027	634.599	1.220.626	130.313	(925.376)	49.173	294.291	180.446	474.737
ESS e EER (***)	(562.800)	(450.230)	(1.013.030)	(441.381)	857.459	(45.704)	(341.381)	(301.275)	(642.656)
Proinfa	246	3.129	3.375	43.537	(24.907)	2.236	881	23.361	24.242
Rede básica	36.256	23.526	59.782	180.488	(55.344)	3.728	180.686	7.967	188.654
Repasse de Itaipu	1.141.254	465.184	1.606.438	902.954	(1.200.945)	82.886	848.587	542.747	1.391.334
Transporte de Itaipu	31.784	12.439	44.222	37.098	(35.857)	2.575	29.275	18.763	48.038
Neutralidade dos encargos setoriais	(40.763)	(8.370)	(49.133)	(42.280)	67.696	(971)	9.636	(34.324)	(24.688)
Sobrecontratação	(93.409)	(80.721)	(174.130)	(107.768)	99.164	(7.062)	(132.005)	(57.791)	(189.796)
Outros componentes financeiros	(275.550)	(115.325)	(390.875)	(86.443)	97.605	(15.737)	(285.566)	(109.885)	(395.451)
Total	1.031.201	476.956	1.508.156	667.128	(1.269.589)	88.079	605.681	388.092	993.775
Ativo circulante			1.330.981						1.093.588
Ativo não circulante			223.880						2.748
Passivo não circulante			(46.703)						(102.561)

(*) Conta de compensação de variação dos valores de itens da “Parcela A”

(**) Conta de Desenvolvimento Energético

(***) Encargo do serviço do sistema (ESS) e Encargo de energia de reserva (EER)

CVA

Referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.14. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados relativos a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros

Refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação dos ciclos de revisão tarifária periódica; (ii) recálculos de processos tarifários anteriores; (iii) efeito tarifário decorrente de acordo bilateral entre partes signatárias de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR; e (v) garantias financeiras nas contratações de energia.

(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>				
Bases negativas	22.174	29.750	124.852	137.577
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	-	89.511	97.288
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	553	(355)	(218.616)	(292.257)
Subtotal	22.727	29.395	(4.254)	(57.392)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>				
Prejuízos fiscais	61.209	84.113	345.462	382.359
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	-	288.754	315.189
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	1.537	(986)	(602.934)	(809.917)
Subtotal	62.747	83.127	31.282	(112.369)
<u>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</u>				
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	-	-	(10.380)	(10.086)
Total	85.474	112.522	16.647	(179.847)
Total crédito fiscal	85.474	112.522	1.064.716	956.380
Total débito fiscal	-	-	(1.048.069)	(1.136.227)

10.2 Benefício fiscal do intangível incorporado

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição de controladas, conforme demonstrado na tabela abaixo, os quais foram incorporados e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização, durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 15.

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	36.620	101.723	41.246	114.572
CPFL Piratininga	9.145	31.385	10.180	34.938
RGE Sul (RGE)	43.746	144.878	45.863	153.618
CPFL Geração	-	10.769	-	12.061
Total	89.511	288.754	97.288	315.189

10.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	41.817	116.158	-	57.635	160.096	-
Entidade de previdência privada	4.006	11.127	-	2.913	8.093	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.288	92.466	-	30.316	84.211	-
Provisão energia livre	9.632	26.756	-	9.166	25.462	-
Programas de P&D e eficiência energética	33.289	92.468	-	27.506	76.405	-
Provisão relacionada a pessoal	6.225	17.293	-	5.208	14.467	-
Diferença de taxas de depreciação	4.097	11.380	-	4.764	13.235	-
Derivativos	(46.344)	(128.733)	-	(58.698)	(163.051)	-
Registro da concessão - ajuste do intangível	(5.352)	(14.867)	-	(6.399)	(17.775)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(171.599)	(476.664)	-	(148.561)	(410.608)	-
Perdas atuariais	25.567	71.020	-	26.001	72.223	-
Marcação a Mercado- Derivativos	(8.670)	(24.082)	-	2.711	7.532	-
Marcação a Mercado- Dívidas	9.440	26.222	-	(1.854)	(5.147)	-
Outros	(28.477)	(77.238)	(10.380)	(18.030)	(50.236)	(10.086)
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(45.568)	(126.578)	-	(48.806)	(135.572)	-
Perdas atuariais	137.853	382.925	-	58.071	161.307	-
Marcação a Mercado- Derivativos	(318)	(883)	-	(89)	(247)	-
Marcação a Mercado- Dívidas	(6.638)	(18.439)	-	(6.683)	(18.567)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios						
Impostos diferidos - ativo:						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	10.748	29.855	-	11.620	32.277	-
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	18.344	50.955	-	19.817	55.047	-
Impostos diferidos - passivo:						
Valor justo de ativo imobilizado (mais valia de ativos)						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(19.177)	(53.270)	-	(24.690)	(68.584)	-
Intangível - direito de exploração/autorização	(216.651)	(601.809)	-	(227.199)	(631.106)	-
Outras diferenças temporárias	(4.128)	(8.995)	-	(6.976)	(19.379)	-
Total	(218.616)	(602.934)	(10.380)	(292.257)	(809.917)	(10.086)

10.4 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções são aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Sua composição é como segue:

Consolidado

2020	265.942
2021	247.722
2022	213.155
2023	174.733
2024	154.993
2025 a 2027	848.256
2028 a 2030	171.811
2031 a 2033	15.139
Total	2.091.751

10.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2019 e 2018:

	Controladora			
	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	2.825.333	2.825.333	2.179.615	2.179.615
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(2.827.718)	(2.827.718)	(2.250.835)	(2.250.835)
Amortização de intangível adquirido	(13.528)	-	(13.528)	-
Juros sobre o capital próprio	345.484	345.484	424.892	424.892
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	12.959	24.239	14.840	22.449
Base de cálculo	342.530	367.338	354.984	376.121
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(30.828)	(91.834)	(31.949)	(94.030)
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	-	-	1.134	3.270
Total	(30.828)	(91.835)	(30.814)	(90.760)
Corrente	(17.677)	(53.445)	(22.401)	(65.916)
Diferido	(13.151)	(38.390)	(8.413)	(24.844)

	Consolidado			
	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	3.986.293	3.986.293	2.939.977	2.939.977
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(349.090)	(349.090)	(334.198)	(334.198)
Amortização de intangível adquirido	48.649	62.756	48.649	62.756
Efeito regime lucro presumido	(383.968)	(444.168)	(242.700)	(289.923)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	162.438	162.438	153.302	153.302
Incentivo fiscal - lucro de exploração	-	-	-	(52.336)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	103.889	50.343	101.581	87.162
Base de cálculo	3.568.211	3.468.572	2.666.611	2.566.740
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(321.139)	(867.143)	(239.995)	(641.685)
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	(12.903)	(29.148)	26.323	81.375
Provisão para riscos fiscais	(2.570)	(5.097)	-	-
Total	(336.610)	(901.386)	(213.673)	(560.310)
Corrente	(303.332)	(804.994)	(227.464)	(578.381)
Diferido	(33.279)	(96.392)	13.791	18.071

Amortização de intangível adquirido - Refere-se à parcela não dedutível da amortização do intangível originado na aquisição de controladas. Na controladora, tais valores são classificados na linha de resultado de equivalência patrimonial, em atendimento do ICPC 09 (R2) (nota 13).

Crédito fiscal constituído (não constituído), líquido – O crédito fiscal constituído corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício de R\$ 129.671 (receita de R\$ 31.863 em 2018) refere-se a (i) prejuízo fiscal e base negativa (despesa de R\$ 49.703 em 2019 e receita R\$ 112.491 em 2018); (ii) benefício fiscal do intangível incorporado de R\$ 45.257 em 2019 e R\$ 45.778 em 2018).

10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2019 e 2018 foram os seguintes:

	Consolidado			
	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	1.122.747	1.122.747	313.243	313.243
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	44.058	44.058	6.617	6.617
Base de cálculo	1.166.805	1.166.805	319.860	319.860
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(105.012)	(291.701)	(28.786)	(79.964)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	25.229	70.080	7.325	20.347
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	(79.783)	(221.621)	(21.461)	(59.617)
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	1.662	1.662	(78.953)	(78.953)
Custo atribuído de ativo imobilizado	38.897	38.897	38.057	38.057
Subtotal	40.559	40.559	(40.896)	(40.896)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(3.650)	(10.140)	3.681	10.224
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(83.434)	(231.760)	(17.780)	(49.393)

10.7 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2019, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 82.573, por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Algumas controladas também possuem créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2019, as principais controladas que possuem tais créditos não registrados são CPFL Renováveis (R\$ 748.435), RGE (R\$ 71.894), Sul Geradora (R\$ 72.711), CPFL Telecom (R\$ 32.978), CPFL Serviços (R\$ 6.188) e Jaguari Geração (R\$ 2.467). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	Distribuição	Transmissão	Consolidado
Saldo em 31/12/2017	6.330.681	238.723	6.569.404
Circulante	-	23.736	23.736
Não circulante	6.330.681	214.987	6.545.668
Transferência - ativo contratual	836.516	-	836.516
Transferência - ativo intangível	(52.803)	-	(52.803)
Ajuste ao valor justo	362.073	-	362.073
Baixas	(46.318)	-	(46.318)
Adoção IFRS 15 / CPC 47	-	(238.723)	(238.723)
Saldo em 31/12/2018	7.430.149	-	7.430.149
Não circulante	7.430.149	-	7.430.149
Transferência - ativo contratual	1.090.393	-	1.090.393
Transferência - ativo intangível	(3.502)	-	(3.502)
Ajuste ao valor justo	296.037	-	296.037
Baixas	(33.361)	-	(33.361)
Saldo em 31/12/2019	8.779.717	-	8.779.717
Não circulante	8.779.717	-	8.779.717

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido nos contratos de concessões das distribuidoras de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição - "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 27) no resultado do exercício.

Em 2019, o valor das baixas de R\$ 33.361 (R\$ 46.318 em 2018) refere-se a baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 15.404 (R\$ 17.058 em 2018) e a baixa do ativo de R\$ 17.957 (R\$ 29.260 em 2018).

(12) OUTROS ATIVOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos - Fundação CESP	13.562	3.929	6.797	6.797
Adiantamentos - fornecedores	43.587	4.031	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	1.431	77.442	569.733	524.461
Ordens em curso	130.954	142.708	9.448	6.844
Serviços prestados a terceiros	23.388	9.281	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	10.432	25.390
Despesas antecipadas	76.756	172.155	4.608	6.367
Repactuação GSF	6.488	13.701	-	5.782
Contas a receber - CDE	147.470	183.710	-	-
Adiantamentos a funcionários	20.640	22.287	-	-
Ativo contratual das transmissoras	-	23.535	-	226.117
Outros	212.904	186.923	135.000	125.681
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(29.019)	(28.698)	-	-
Total	648.161	811.005	736.019	927.440

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento das controladas.

Ordens em curso – Compreende custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética ("PEE") e Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Quando do

encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar (nota 24).

Contas a receber – CDE – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 16.944 (R\$ 12.536 em 31 de dezembro de 2018), (ii) outros descontos tarifários concedidos a consumidores no montante de R\$ 130.516 (R\$ 170.858 em 31 de dezembro de 2018), (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 9 (R\$ 317 em 31 de dezembro de 2018).

(13) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	11.741.300	9.088.049	988.516	970.302
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.160	82.395	-	-
Subtotal	11.755.460	9.170.444	988.516	970.302
Mais valia de ativos, líquidos	565.617	639.640	9.481	10.060
Ágio de rentabilidade futura	6.054	6.054	-	-
Total	12.327.132	9.816.139	997.997	980.362

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) referem-se a recursos concedidos pela Companhia para a controlada CPFL Eficiência. Em 31 de dezembro de 2018 refere-se as controladas CPFL Eficiência (R\$ 42.400) e CPFL Serviços (R\$ 39.900).

13.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimento	31/12/2019				31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimonial líquida	patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	
CPFL Paulista	10.917.071	1.308.373	1.522.421	837.604	1.522.421	1.910.866	837.604	649.516
CPFL Piratininga	4.073.042	249.321	564.024	281.634	564.024	516.235	281.634	182.654
CPFL Santa Cruz	1.463.945	170.413	465.625	101.228	465.625	392.040	101.228	81.191
RGE	-	-	-	-	-	-	-	232.731
RGE Sul (RGE)	9.997.093	2.809.820	4.000.469	614.109	3.489.745	3.286.587	559.783	255.854
CPFL Geração	5.401.315	1.043.922	3.068.752	862.726	3.068.752	2.625.465	862.726	766.451
CPFL Renováveis (*)	8.662.437	3.698.060	4.544.433	96.628	2.125.023	-	52.388	-
CPFL Jaguari Geração	68.518	40.108	58.310	9.849	58.310	58.656	9.849	13.592
CPFL Brasil	1.394.345	3.000	86.651	109.090	86.651	72.680	109.090	91.502
CPFL Planalto	6.706	630	6.466	4.022	6.466	2.444	4.022	3.567
CPFL Serviços	238.200	120.929	131.181	13.445	131.181	120.929	13.445	(24.076)
CPFL Atende	31.513	13.991	24.296	11.266	24.296	19.363	11.266	9.527
CPFL Infra (**)	20.598	38	14.025	17.643	14.025	16.558	17.643	19.087
CPFL Pessoas (**)	7.260	811	4.517	2.047	4.517	-	2.047	-
CPFL Finanças (**)	9.123	385	5.566	3.982	5.566	-	3.982	-
CPFL Supre (**)	5.432	826	3.267	1.232	3.267	-	1.232	-
CPFL Total	39.793	9.005	35.348	25.665	35.348	19.953	25.665	21.690
CPFL Telecom	4.381	1.928	4.188	113	4.188	5.465	113	4.442
CPFL Centrais Geradoras	19.746	16.128	16.020	22	16.020	15.998	22	618
CPFL Eficiência	143.512	76.073	118.189	(3.835)	118.189	85.744	(3.835)	(11.908)
AUTHI	23.473	10	11.846	11.836	11.846	21.463	11.836	28.604
Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada					11.755.460	9.170.444	2.901.740	2.325.042
Amortização da mais valia de ativos							(74.023)	(74.207)
Total					11.755.460	9.170.444	2.827.719	2.250.835
Investimento					11.741.300	9.088.049		
Adiantamento para futuro aumento de capital					14.160	82.395		
Provisão para perda em investimento					(14.160)	(82.395)		

(*) Vide nota 1.h

(**) Reestruturação societária (cisão) vide nota 1.g

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 74.023 (R\$ 74.207 em 2018) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2019 e 2018 é como segue:

Investimento	Investimento em 31/12/2017	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Efeito da aplicação inicial do IFRS 9 / CPC 48	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para futuro aumento de capital / Outros	Reestruturação societária (nota 13.5)	Investimento em 31/12/2018
CPFL Paulista	1.370.403	350.000	649.516	(168.019)	(18.453)	(272.581)	-	-	1.910.866
CPFL Piratininga	461.059	-	182.654	(43.507)	(11.996)	(71.975)	-	-	516.235
CPFL Santa Cruz	340.463	-	81.191	1.376	(1.556)	(29.433)	-	-	392.040
RGE	1.680.334	-	232.731	(2.135)	(7.148)	-	-	(1.903.782)	-
RGE Sul (RGE)	1.228.317	-	255.854	562	(7.121)	(98.763)	9	1.907.728	3.286.587
CPFL Geração	2.354.115	-	766.451	(6.220)	-	(490.124)	1.243	-	2.625.465
CPFL Jaguarí Geração	50.970	-	13.592	-	-	(5.906)	-	-	58.656
CPFL Brasil	96.093	-	91.502	(2.873)	(2.187)	(93.717)	-	(16.138)	72.680
CPFL Planalto	3.293	-	3.567	-	-	(4.417)	-	-	2.444
CPFL Serviços	105.105	-	(24.076)	-	-	-	39.900	-	120.929
CPFL Atende	19.338	-	9.527	-	-	(9.501)	-	-	19.363
Nect	15.515	-	19.087	-	-	(18.044)	-	-	16.558
CPFL Total	20.624	-	21.690	-	-	(22.361)	-	-	19.953
CPFL Telecom	2.018	33.360	4.442	-	-	(1.111)	(33.245)	-	5.465
CPFL Centrais Geradoras	16.177	-	618	-	-	(798)	-	-	15.998
CPFL Eficiência	55.252	-	(11.908)	-	-	-	42.400	-	85.744
AUTHI	18.694	-	28.604	-	-	(25.835)	-	-	21.463
	7.837.770	383.360	2.325.042	(220.816)	(48.461)	(1.144.566)	50.307	(12.192)	9.170.444

Investimento	Investimento em 31/12/2018	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros	Investimento em 31/12/2019
CPFL Paulista	1.910.866	-	837.604	(609.470)	(616.579)	-	-	1.522.421
CPFL Piratininga	516.235	-	281.634	(160.197)	(73.647)	-	-	564.024
CPFL Santa Cruz	392.040	-	101.228	28	(27.671)	-	-	465.625
RGE Sul (RGE)	3.286.587	-	559.783	(68.062)	(288.563)	-	-	3.489.745
CPFL Geração	2.625.465	-	862.726	(19.373)	(324.769)	-	(75.298) (1)	3.068.752
CPFL Renováveis	-	-	52.388	-	-	-	2.072.635 (2)	2.125.023
CPFL Jaguarí Geração	58.656	-	9.849	-	(10.194)	-	-	58.310
CPFL Brasil	72.680	-	109.090	(9.425)	(85.693)	-	-	86.651
CPFL Planalto	2.444	-	4.022	-	-	-	-	6.466
CPFL Serviços	120.929	39.900	13.445	-	(3.193)	(39.900)	-	131.181
CPFL Atende	19.363	-	11.266	-	(6.334)	-	-	24.296
CPFL Infra	16.558	-	17.643	-	(14.087)	-	(6.089) (3)	14.025
CPFL Pessoas	-	-	2.047	-	-	-	2.470 (3)	4.517
CPFL Finanças	-	-	3.982	-	-	-	1.584 (3)	5.566
CPFL Supre	-	-	1.232	-	-	-	2.035 (3)	3.267
CPFL Total	19.953	-	25.665	-	(10.270)	-	-	35.348
CPFL Telecom	5.465	95	113	-	(1.389)	(95)	-	4.188
CPFL Centrais Geradoras	15.998	-	22	-	-	-	-	16.020
CPFL Eficiência	85.744	42.400	(3.835)	-	22.120	(28.240)	-	118.189
AUTHI	21.463	-	11.836	-	(21.453)	-	-	11.846
	9.170.444	82.395	2.901.740	(866.498)	(1.461.722)	(68.235)	1.997.337	11.755.460

(1) Perda em participação sem alteração no controle, referente ao aumento de capital por capitalização de AFAC pela controlada CPFL Geração na controlada CPFL Renováveis ocorrida no primeiro semestre de 2019. A contrapartida foi o registro no patrimônio líquido, por se tratar de transação entre sócios;

(2) Aquisição de participação adicional de 46,76% na controlada CPFL Renováveis (nota 1.c);

(3) Reorganização societária (nota 1.g)

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento em controladas em conjunto	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Baesa	156.185	175.189	750	791
Enercan	207.868	175.122	123.240	101.392
Chapecoense	381.219	378.558	140.949	127.250
EPASA	243.244	241.433	84.730	105.343
Mais valia de ativos, líquidos	9.481	10.060	(579)	(579)
	997.997	980.362	349.090	334.198

13.2 Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 15).

13.3 Juros sobre o capital próprio (“JCP”) e Dividendo a receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

Controlada	Controladora					
	Dividendo		Juros sobre o capital próprio		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CPFL Paulista	504.789	92.596	115.928	110.214	620.717	202.810
CPFL Piratininga	32.172	6.226	35.254	31.708	67.426	37.934
CPFL Santa Cruz	-	-	39.728	19.160	39.728	19.160
CPFL Jaguarí	3.473	-	-	-	3.473	-
RGE Sul (RGE)	-	26.795	-	94.312	-	121.107
CPFL Geração	-	71.099	53.937	102.436	53.937	173.535
CPFL Centrais Geradoras	815	815	-	-	815	815
CPFL Jaguarí Geração	10.194	3.398	-	-	10.194	3.398
CPFL Brasil	-	111.083	1.200	2.451	1.200	113.534
CPFL Serviços	3.193	-	-	-	3.193	-
CPFL Atende	-	-	343	876	343	876
CPFL Telecom	-	1.111	-	-	-	1.111
CPFL Eficiência	2.630	12.195	2.550	15.104	5.179	27.299
AUTHI	10.000	151	-	-	10.000	151
	567.266	325.469	248.940	376.261	816.205	701.731

No consolidado, o saldo de dividendo e JCP a receber de R\$ 100.297 em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 100.182 em 31 de dezembro de 2018, refere-se basicamente aos empreendimentos controlados em conjunto.

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2019 o montante de R\$ 598.534 a título de dividendo e juros sobre capital próprio a receber referentes ao exercício de 2018. Adicionalmente, as controladas declararam em 2019 (i) R\$ 417.984 como dividendo intermediário referente aos resultados intermediários de 2019; (ii) R\$ 293.661 como JCP referente aos resultados de 2019 e (iii) R\$ 121.841 como dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2019.

Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 1.295.427 foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2019.

13.4 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

13.4.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	<u>CERAN</u>	<u>CPFL Renováveis</u>	<u>Paulista Lajeado</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2017	86.031	2.058.079	80.707	2.224.816
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,40%	40,07%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	34.731	62.470	10.754	107.955
Dividendos	(44.314)	(13.511)	(10.860)	(68.685)
Outras movimentações	-	5.656	(108)	5.548
Saldo em 31/12/2018	76.448	2.112.693	80.493	2.269.634
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,44%	40,07%	
				-
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	36.914	950	7.762	45.625
Ganho em participação sem alteração no controle	-	75.298	-	75.298
Aquisição de participação de não controladores	-	(2.072.635) (1)	-	(2.072.635)
Dividendos	(9.228)	(11.895)	(7.986)	(29.109)
Outras movimentações	-	122	(77)	45
Saldo em 31/12/2019	104.134	104.532	80.191	288.857
Participação acionária e no capital votante	35,00%	0,06%	40,07%	

(1) Refere-se à aquisição de 46,76% da controlada CPFL Renováveis, adquiridos pela Companhia da acionista controladora State Grid.

13.4.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	<u>31/12/2019</u>			<u>31/12/2018</u>		
	<u>CERAN</u>	<u>CPFL Renováveis</u>	<u>Paulista Lajeado</u>	<u>CERAN</u>	<u>CPFL Renováveis</u>	<u>Paulista Lajeado</u>
Ativo circulante	78.836	1.312.372	19.734	80.367	1.330.819	15.499
Caixa e equivalentes de caixa	33.140	412.579	9.564	32.729	876.571	5.687
Ativo não circulante	751.546	10.496.351	141.185	799.390	10.845.036	144.863
Passivo circulante	215.198	1.545.741	35.374	246.482	1.396.120	33.883
Empréstimos, financiamentos e debêntures	106.128	617.030	-	106.555	819.993	-
Outros passivo financeiros	13.256	430.257	250	13.406	7.670	282
Passivo não circulante	317.660	5.616.562	782	414.852	6.528.563	1.033
Empréstimos, financiamentos e debêntures	211.051	4.387.676	-	316.581	4.738.841	-
Outros passivo financeiros	91.181	-	-	89.965	-	-
Patrimônio líquido	297.523	4.646.421	124.763	218.423	4.251.172	125.446
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	297.523	4.544.434	124.763	218.423	4.147.795	125.446
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	101.987	-	-	103.377	-
	<u>2019</u>			<u>2018</u>		
	<u>CERAN</u>	<u>CPFL Renováveis</u>	<u>Paulista Lajeado</u>	<u>CERAN</u>	<u>CPFL Renováveis</u>	<u>Paulista Lajeado</u>
Receita operacional líquida	339.041	1.928.011	42.206	333.289	1.936.319	52.510
Custo e despesa operacional	(102.685)	(724.479)	(25.224)	(95.321)	(727.557)	(26.115)
Depreciação e amortização	(43.033)	(645.722)	(4)	(41.378)	(623.106)	(4)
Receita de juros	4.821	73.216	679	6.191	93.076	691
Despesa de juros	(39.623)	(420.775)	-	(53.629)	(517.403)	(614)
Despesa de imposto sobre a renda	(52.197)	(47.152)	(2.814)	(48.239)	37.276	(3.145)
Lucro (prejuízo) líquido	105.468	107.024	19.370	99.230	118.805	26.838
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	105.468	96.628	19.370	99.230	109.264	26.838
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	10.396	-	-	9.542	-

13.4.3 Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são como segue:

	31/12/2019				31/12/2018			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	219.117	66.863	379.359	294.877	208.326	68.956	345.737	327.084
Caixa e equivalentes de caixa	77.290	18.315	240.645	96.130	66.519	17.425	184.002	18.269
Ativo não circulante	982.032	915.379	2.472.085	470.864	1.033.320	966.664	2.604.162	502.618
Passivo circulante	390.817	72.383	451.803	93.512	385.271	50.639	424.635	152.168
Empréstimos, financiamentos e debêntures	133.548	-	138.759	35.660	137.225	-	138.706	34.473
Outros passivo financeiros	7.131	35.944	75.668	1.416	5.869	34.832	74.156	1.346
Passivo não circulante	383.699	285.269	1.652.152	216.233	496.953	284.391	1.782.993	224.933
Empréstimos, financiamentos e debêntures	255.756	-	913.308	115.842	383.358	-	1.045.402	151.964
Outros passivo financeiros	25.513	271.267	731.113	-	26.936	272.079	734.630	-
Patrimônio líquido	426.632	624.591	747.489	455.996	359.422	700.590	742.271	452.601

	2019				2018			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	650.900	286.378	881.458	560.203	591.875	321.142	863.861	840.005
Custo e despesa operacional	(192.780)	(201.494)	(195.973)	(319.024)	(188.756)	(214.448)	(191.749)	(562.097)
Depreciação e amortização	(49.110)	(50.832)	(124.244)	(34.690)	(50.051)	(50.609)	(117.858)	(34.525)
Receita de juros	5.573	1.850	16.309	3.990	4.793	4.176	15.729	5.106
Despesa de juros	(33.399)	(31.533)	(163.977)	(13.972)	(46.042)	(53.946)	(191.818)	(17.491)
Despesa de imposto sobre a renda	(126.313)	(1.124)	(136.830)	(38.983)	(101.484)	(1.229)	(124.284)	(38.740)
Lucro (prejuízo) líquido	252.941	2.999	276.370	158.839	208.100	3.164	249.510	197.481
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a controlada CPFL Geração controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelo empreendimento controlado em conjunto Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendo à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

13.4.4 Operação controlada em conjunto

A Companhia, por meio da sua controlada integral CPFL Geração, possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Geração a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

13.5 Reestruturações societárias em 2019

Cisão parcial da controlada Nect

Em 30 de setembro de 2019, foi aprovada a cisão parcial da Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda. - "CPFL Infra" (anteriormente denominada Nect Serviços Administrativos Ltda.) em quatro segmentos de negócios específicos (Suprimentos, Recursos Humanos, Serviços Financeiros e Infraestrutura) e a incorporação da parcela cindida para as três novas empresas CPFL Supre, CPFL Finanças e CPFL Pessoas. A operação tem como objetivo a melhora na qualidade dos serviços prestados pela empresa, através de uma maior especialização se suas atividades. O acervo líquido apurado nesta transação foi de R\$ 16.746 e não gerou nenhum efeito nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo e nem tampouco alteração na participação acionária das empresas.

(14) IMOBILIZADO

	Consolidado							Total
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
Saldo em 31/12/2017	168.494	1.319.257	1.094.777	6.870.389	75.771	7.245	251.192	9.787.125
Custo histórico	207.365	2.066.850	1.652.178	9.693.512	122.540	22.026	251.192	14.015.662
Depreciação acumulada	(38.870)	(747.593)	(557.400)	(2.823.123)	(46.769)	(14.782)	-	(4.228.537)
Adições	-	-	-	-	-	-	296.165	296.165
Baixas	(8)	-	(7.908)	(16.434)	(3.517)	(31)	(8.478)	(36.376)
Transferências	20.181	151.754	41.464	101.468	12.250	793	(327.908)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(2.755)	-	(100.720)	106.775	-	6	(6.584)	(3.279)
Depreciação	(8.082)	(79.237)	(61.540)	(432.524)	(19.402)	(546)	-	(601.329)
Baixa da depreciação	2	-	-	8.180	2.032	44	-	10.259
Reclassificações e transferências de/para outros ativos - depreciação	(994)	-	20.714	(22.706)	(2)	-	-	(2.987)
Outros	-	-	15	645	-	-	6.373	7.033
Saldo em 31/12/2018	176.839	1.391.775	986.800	6.615.793	67.135	7.512	210.760	9.456.614
Custo histórico	224.783	2.218.604	1.585.723	9.905.396	131.549	23.039	210.760	14.299.854
Depreciação acumulada	(47.944)	(826.829)	(598.923)	(3.289.603)	(64.415)	(15.527)	-	(4.843.240)
Adições	-	-	-	-	-	-	301.459	301.459
Baixas	-	(5)	(31.080)	(31.033)	(33.045)	-	(8)	(95.171)
Transferências	603	15.882	51.413	111.804	7.358	449	(187.510)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(1.333)	(8.249)	(6.952)	12.987	-	(40)	1.924	(1.662)
Depreciação	(8.880)	(84.660)	(61.634)	(446.046)	(17.156)	(851)	-	(619.228)
Baixa da depreciação	-	5	2.231	17.616	21.846	-	-	41.698
Saldo em 31/12/2019	167.228	1.314.749	940.779	6.281.123	46.136	7.070	326.625	9.083.710
Custo histórico	224.053	2.226.232	1.599.104	9.999.155	105.863	23.447	326.625	14.504.478
Depreciação acumulada	(56.825)	(911.483)	(658.325)	(3.718.031)	(59.727)	(16.377)	-	(5.420.768)
Taxa média de depreciação 2018	3,86%	3,65%	3,96%	4,45%	13,89%	3,70%		
Taxa média de depreciação 2019	3,86%	3,89%	3,94%	4,54%	13,77%	5,80%		

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da CPFL Renováveis com imobilizado em curso de R\$ 248.018 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 139.614 em 31 de dezembro de 2018).

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para o ano de 2019 não ocorreram capitalizações, em 2018 foram capitalizados R\$ 10.591 a uma taxa de 8,74%.

No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, nas linhas de “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 18, é de aproximadamente R\$ 3.957.132, sendo o principal montante relacionado à controlada CPFL Renováveis (R\$ 3.908.099).

14.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2019 e 2018 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(15) INTANGÍVEL

15.1 Ativo intangível

	Consolidado						Total
	Direito de concessão						
	Ágio	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição		Uso do bem público	Outros ativos intangíveis	
de distribuição - em serviço			distribuição - em curso				
Saldo em 31/12/2017	6.115	4.117.105	5.554.447	825.476	25.904	60.777	10.589.824
Custo histórico	6.152	7.558.645	11.442.528	825.476	35.840	174.407	20.043.048
Amortização acumulada	(37)	(3.441.540)	(5.888.080)	-	(9.936)	(113.630)	(9.453.223)
Adições	-	-	-	-	-	18.670	18.670
Amortização	-	(286.858)	(703.511)	-	(1.419)	(8.989)	(1.000.777)
Transferência - ativo contratual	-	-	723.813	-	-	-	723.813
Transferência - ativo financeiro	-	-	52.803	-	-	-	52.803
Baixa e transferência - outros ativos	-	(63.187)	(43.419)	-	-	5.504	(101.102)
Adoção IFRS 15 / CPC 47 (nota 3)	-	-	-	(825.476)	-	-	(825.476)
Outros	-	5.130	-	-	-	47	5.177
Saldo em 31/12/2018	6.115	3.772.188	5.584.136	-	24.485	76.009	9.462.935
Custo histórico	6.152	7.495.458	11.909.149	-	35.840	217.542	19.664.141
Amortização acumulada	(37)	(3.723.270)	(6.325.012)	-	(11.355)	(141.532)	(10.201.206)
Adições	-	-	-	-	-	19.147	19.147
Amortização	-	(288.438)	(761.884)	-	(1.419)	(16.840)	(1.068.581)
Transferência - contratual	-	-	949.548	-	-	-	949.548
Transferência - ativo financeiro	-	-	3.502	-	-	-	3.502
Baixa e transferência - outros ativos	-	-	(47.263)	-	-	1.663	(45.600)
Saldo em 31/12/2019	6.115	3.483.750	5.728.040	-	23.065	79.981	9.320.953
Custo histórico	6.152	7.495.458	12.814.937	-	35.840	238.352	20.590.739
Amortização acumulada	(37)	(4.011.708)	(7.086.896)	-	(12.774)	(158.372)	(11.269.787)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização” para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição, Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível Adquirido em Combinação de Negócios.

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para financiamento das obras são capitalizados, durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No consolidado, no ano de 2019 foram capitalizados R\$ 25.641 (R\$ 18.015 em 2018) a uma taxa de 8,09% a.a. (7,99% a.a em 2018).

15.2 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado				Taxa de amortização anual	
	31/12/2019		31/12/2018		2019	2018
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
Intangível adquirido em combinações de negócio						
Intangível adquirido não incorporado						
CPFL Paulista	304.861	(226.974)	77.888	87.873	3,28%	3,28%
CPFL Piratininga	39.065	(27.629)	11.435	12.730	3,31%	3,32%
RGE	3.768	(2.369)	1.399	1.575	4,68%	4,70%
CPFL Geração	54.555	(39.179)	15.376	17.221	3,38%	3,38%
Jaguari Geração	7.896	(4.391)	3.505	3.775	3,41%	3,41%
CPFL Renováveis	3.653.906	(1.210.510)	2.443.397	2.602.622	4,36%	5,90%
Subtotal	4.064.052	(1.511.051)	2.553.000	2.725.797		
Intangível adquirido já incorporado						
RGE	1.433.007	(1.023.268)	409.739	461.795	3,63%	3,63%
CPFL Geração	426.450	(343.396)	83.053	93.020	2,34%	2,34%
Subtotal	1.859.457	(1.366.664)	492.792	554.816		
Intangível adquirido já incorporado - recomposto						
CPFL Paulista	1.074.026	(819.075)	254.952	287.156	3,00%	3,00%
CPFL Piratininga	115.762	(81.875)	33.887	37.723	3,31%	3,31%
Jaguari Geração	15.275	(9.296)	5.978	6.438	3,01%	3,01%
RGE	366.887	(223.746)	143.141	160.256	4,67%	4,67%
Subtotal	1.571.949	(1.133.992)	437.958	491.574		
Total	7.495.458	(4.011.708)	3.483.750	3.772.188		

O intangível adquirido em combinações de negócio está associado ao direito de exploração das concessões e está assim representado:

– **Intangível adquirido não incorporado**

Refere-se basicamente ao intangível de aquisição das ações detidas por acionistas não controladores, antes da adoção do CPC 15 e IFRS 3.

– **Intangível adquirido já incorporado**

Refere-se ao intangível oriundo da aquisição de controladas que foram incorporados aos respectivos patrimônios líquidos sem a aplicação das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal.

– **Intangível adquirido já incorporado - Recomposto**

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do intangível advindo de incorporação de controladora causasse impacto negativo ao fluxo de dividendo aos acionistas não controladores existentes na época da incorporação, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 sobre o intangível. Desta forma, foi constituída uma provisão retificadora do intangível em contrapartida à reserva especial de ágio na incorporação do patrimônio líquido em cada controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio refletisse o benefício fiscal do intangível incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Companhia nas controladas, sendo necessária a constituição do intangível indedutível para fins fiscais, de modo a recompô-lo.

15.3 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2019 e 2018, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

(16) ATIVO CONTRATUAL

	<u>Distribuição</u>	<u>Transmissão</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2017	-	-	-
Adoção IFRS 15 / CPC 47	825.476	-	825.476
Adições	1.787.588	-	1.787.588
Transferência - intangível em serviço	(723.813)	-	(723.813)
Transferência - ativo financeiro	(836.516)	-	(836.516)
Baixa e transferência - outros ativos	(6.303)	-	(6.303)
Saldo em 31/12/2018	1.046.433	-	1.046.433
Reclassificação de outros ativos	-	249.652	249.652
Adições	2.061.715	20.970	2.082.685
Transferência - intangível em serviço	(949.548)	-	(949.548)
Transferência - ativo financeiro	(1.090.393)	-	(1.090.393)
Atualização	-	31.725	31.725
Recebimento RAP	-	(23.344)	(23.344)
Saldo em 31/12/2019	1.068.207	279.003	1.347.210
Circulante	-	24.387	24.387
Não circulante	1.068.207	254.616	1.322.822

Ativo contratual das distribuidoras: referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Ativo contratual das transmissoras: refere-se ao direito à “Receita Anual Permitida – RAP” que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão. A mudança decorrente da adoção do IFRS 15 para ativo contratual para as controladas de transmissão de energia elétrica do grupo foi considerada imaterial e portanto não gerou ajustes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

(17) FORNECEDORES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	2.707	62.674
Suprimento de energia elétrica	2.288.441	1.607.116
Encargos de uso da rede elétrica	250.600	205.656
Materiais e serviços	554.940	368.344
Energia livre	163.492	154.296
Total	3.260.180	2.398.085
<u>Não circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	359.944	333.036

(18) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado						Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	900.257	166.404	(173.528)	53.283	-	(53.641)	892.776
Pós Fixado							
TJLP e TLP	3.449.468	1.315.898	(442.504)	288.171	-	(262.744)	4.348.289
Selic	140.099	-	(33.875)	11.251	-	(3.358)	114.117
CDI	1.541.278	23.359	(1.112.713)	72.957	-	(138.609)	386.272
IGP-M	57.291	-	(10.511)	9.788	-	(4.679)	51.889
Cesta de moedas	2.293	-	(500)	515	-	(156)	2.152
Outros	74.740	32.418	(45.807)	6.477	-	(1.426)	66.403
Total ao custo	6.165.427	1.538.079	(1.819.438)	442.442	-	(464.613)	5.861.896
Gastos com captação (*)	(31.816)	(35.984)	-	10.607	-	-	(57.193)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	4.698.184	2.666.880	(3.289.857)	170.383	774.483	(164.965)	4.855.108
Euro	218.814	879.500	(215.824)	3.348	(1.873)	(4.466)	879.499
Marcação a mercado	(58.552)	-	-	(44.799)	-	-	(103.351)
Total ao valor justo	4.858.446	3.546.380	(3.505.681)	128.932	772.610	(169.431)	5.631.255
Total	10.992.057	5.048.475	(5.325.119)	581.980	772.610	(634.044)	11.435.958
Circulante	3.589.607						2.446.113
Não circulante	7.402.450						8.989.846

Modalidade	Consolidado						Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	892.776	-	(177.669)	48.661	-	(52.370)	711.398
Pós Fixado							
TJLP	3.158.119	-	(435.016)	243.332	-	(222.102)	2.744.331
TLP (IPCA)	1.190.169	379.000	-	102.519	-	(62.650)	1.609.038
Selic	114.117	-	(36.830)	8.441	-	(2.655)	83.073
CDI	386.272	476.000	(679.021)	46.756	-	(49.995)	180.012
IGPM	51.889	-	(11.142)	5.935	-	(4.077)	42.605
Cesta de moedas	2.152	-	(540)	213	-	(131)	1.694
Outros	66.403	-	(26.354)	2.209	-	(2.482)	39.777
Total ao custo	5.861.896	855.000	(1.366.572)	458.066	-	(396.462)	5.411.928
Gastos com captação (*)	(57.193)	(9.068)	-	8.577	-	-	(57.684)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	4.855.108	726.314	(1.542.785)	148.189	142.957	(151.366)	4.178.417
Euro	879.499	-	(47.004)	6.824	14.217	(6.844)	846.692
Marcação a mercado	(103.351)	-	-	87.295	-	-	(16.056)
Total ao valor justo	5.631.255	726.314	(1.589.789)	242.308	157.174	(158.210)	5.009.052
Total	11.435.958	1.572.246	(2.956.361)	708.951	157.174	(554.672)	10.363.296
Circulante	2.446.113						2.776.193
Não Circulante	8.989.846						7.587.102

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Consolidado			Faixa de vencimento	Garantia
	Encargos financeiros anuais	31/12/2019	31/12/2018		
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 8%	(a) 264.093	418.336	2011 a 2024	(i) Alienação fiduciária de equipamentos (ii) Penhor e Cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Conta Reserva e Centralizadora e Recebíveis (iv) Penhor de direitos emergentes das autorizações (v) Penhor de Ações; (vi) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 10%	(a) 54.328	48.672	2012 a 2025	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Contra Centralizadora; (iv) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
FINEP	Pré fixado de 3,5% a 5%	944	6.576	2013 a 2021	Fiança Bancária
BNB	Pré fixado de 9,5% a 10,14%	392.033	419.191	2027 a 2037	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão e vinculação de receita; (iii) Penhor de ações; (iv) Penhor dos direitos emergentes das autorizações; (v) Conta Reserva; (vi) Fiança Bancária; (vii) Fiança da CPFL Renováveis
		711.398	892.776		
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 5,5%	(b) 2.721.358	3.128.625	2009 a 2033	(i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora e Recebíveis; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária
FINAME	TJLP + 2,2% a 4,2%	(b) 14.853	20.935	2017 a 2027	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária
FINEP	TJLP e TJLP + 5%	4.284	3.491	2016 a 2024	Fiança Bancária
Empréstimos bancários	TJLP + 2,99% a 3,1%	3.837	5.069	2005 a 2023	Fiança da CPFL Energia
		2.744.331	3.158.119		
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,74% a 4,80%	1.609.038	1.190.169	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
SELIC					
FINEM	SELIC + 2,19% a 2,66%	(c) 79.131	108.752	2015 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINAME	SELIC + 2,70% a 3,90%	3.943	5.365	2016 a 2022	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária
		83.073	114.117		
CDI					
Empréstimos bancários	(i) 105% do CDI (ii) CDI - 1,25% a + 1,90%	(c) 180.012	208.384	2012 a 2023	(i) Fiança da CPFL Energia; (ii) Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e (iii) Fiança da CPFL Renováveis
Nota Promissória	103,4% CDI	(c) -	177.888	2019	Fiança da CPFL Energia
		180.012	386.272		
IGPM					
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%	42.605	51.889	2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação
Cesta de moedas					
Empréstimos bancários	Cesta de Moedas + de 1,99% a 5%	1.694	2.152	2006 a 2023	Fiança da CPFL Energia
Outros					
Outros	RGR	39.777	66.403	2007 a 2023	Recebíveis, notas promissórias e fiança bancária
Total moeda nacional		5.411.928	5.861.897		
Gastos com captação (*)		(57.684)	(57.193)		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,80% a 1,55%	975.333	1.866.418	2017 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,96% a 4,32%	3.203.083	2.988.689	2017 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		4.178.417	4.855.108		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,42% a 0,96%	846.692	879.499	2019 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(16.056)	(103.351)		
Total moeda estrangeira		5.009.052	5.631.255		
Total		10.363.296	11.435.958		

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 35

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, o Grupo, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2019, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 16.056 (R\$ 103.351 em 31 de dezembro 2018), que somados aos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 24.178 (perdas de R\$ 65.678 em 31 de

dezembro de 2018), contratados para proteção da variação cambial (nota 35), geraram um ganho total líquido de R\$ 40.234 (R\$ 37.673 em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2021	2.587.780
2022	1.521.850
2023	894.184
2024	495.832
2025	471.073
2026 a 2030	1.319.711
2031 a 2035	227.898
2036 a 2040	66.074
Subtotal	7.584.402
Marcação a mercado	2.700
Total	7.587.102

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		Consolidado % da dívida	
	2019	2018	31/12/2019	31/12/2018
IGP-M	7,30	7,54	0,4	0,5
TJLP	6,30	6,72	26,5	27,6
TLP (IPCA)	4,20	3,69	15,5	10,4
CDI	5,97	6,40	50,1	52,6
Outros			7,5	8,9
			<u>100,0</u>	<u>100,0</u>

Principais adições no exercício

Modalidade Empresa	Montantes R\$ mil			Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação dos recursos	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
	Total aprovado	Liberado em 2019	Liberado líquido dos gastos de captação					
Moeda nacional								
CDI - Nota Promissória								
CPFL Paulista	351.000	351.000	350.649	Parcela única com principal	Parcela única em dezembro de 2019	Capital de Giro	103,4% do CDI	104,95% do CDI
CPFL Piratininga	125.000	125.000	124.818	Parcela única com principal	Parcela única em dezembro de 2019	Capital de Giro	103,4% do CDI	104,95% do CDI
IPCA - BNDES								
CPFL Paulista	953.392	100.000	98.124	Mensal	Mensal a partir de abril de 2020	Investimento	IPCA + 4,74%	IPCA + 5,43%
CPFL Piratininga	347.264	55.000	53.968	Mensal	Mensal a partir de abril de 2020	Investimento	IPCA + 4,80%	IPCA + 5,45%
RGE	1.133.024	154.000	151.110	Mensal	Mensal a partir de abril de 2020	Investimento	IPCA + 4,74%	IPCA + 5,43%
CPFL Santa Cruz	174.954	70.000	68.686	Mensal	Mensal a partir de abril de 2020	Investimento	IPCA + 4,80%	IPCA + 5,53%
Moeda Estrangeira								
Dólar Lei 4.131								
CPFL Santa Cruz	28.000	28.000	28.000	Semestral	Parcela única em março de 2022	Capital de Giro	USD + 3,06%	USD + 3,06%
CPFL Geração	13.500	13.500	13.500	Semestral	Parcela única em setembro de 2020	Capital de Giro	USD + 1,96%	USD + 1,96%
CPFL Santa Cruz	14.000	14.000	14.000	Semestral	Parcela única em setembro de 2020	Capital de Giro	USD + 1,96%	USD + 1,96%
CPFL Piratininga	43.000	43.000	43.000	Semestral	Parcela única em setembro de 2020	Capital de Giro	USD + 1,96%	USD + 1,96%
CPFL Paulista	309.814	309.814	309.814	Semestral	Parcela única em setembro de 2020	Capital de Giro	USD + 2,17%	USD + 2,17%
CPFL Paulista	318.000	318.000	318.000	Semestral	Parcela única em setembro de 2020	Capital de Giro	USD + 1,96%	USD + 1,96%
	<u>3.810.948</u>	<u>1.581.314</u>	<u>1.573.670</u>					

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas

pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz e RGE, detentoras dos contratos

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice que varia entre 3,50 e 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,9.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da CPFL Renováveis, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,0 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a um índice que varia entre 25% e 30%.
- Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 80%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,55.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,72.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. (“State Grid Brazil”)

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

(19) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
Mensuradas ao custo - pós fixado						
TJLP	495.408	-	(46.768)	37.539	(5.080)	481.099
CDI	7.446.556	4.163.000	(4.832.370)	592.746	(652.185)	6.717.747
IPCA	1.311.432	-	-	118.026	(62.030)	1.367.428
Total ao custo	9.253.396	4.163.000	(4.879.138)	748.311	(719.295)	8.566.274
Gastos com captação (*)	(76.870)	(17.261)	-	34.334	-	(59.796)
Mensuradas ao valor justo - pós fixado						
IPCA	-	416.600	-	10.389	-	426.989
Marcação a mercado	-	-	-	7.378	-	7.378
Total ao valor justo	-	416.600	-	17.767	-	434.367
Total	9.176.527	4.562.339	(4.879.138)	800.412	(719.295)	8.940.845
Circulante	1.703.073					917.352
Não circulante	7.473.454					8.023.493

Consolidado						
Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo - pós fixado						
Pós fixado						
TJLP	481.099	-	(70.761)	33.384	(4.732)	438.990
CDI	6.717.747	3.688.000	(4.000.383)	421.070	(489.966)	6.336.467
IPCA	1.367.428	-	(109.106)	123.090	(60.504)	1.320.909
Total ao custo	8.566.274	3.688.000	(4.180.250)	577.544	(555.202)	8.096.368
Gastos com captação (*)	(59.796)	(3.541)	-	21.122	-	(42.215)
Mensuradas ao valor justo						
IPCA	426.989	-	-	40.556	(22.606)	444.939
Marcação a mercado	7.378	-	-	39.808	-	47.186
Total ao valor justo	434.367	-	-	80.364	(22.606)	492.125
Total	8.940.845	3.684.459	(4.180.250)	679.030	(577.808)	8.546.278
Circulante	917.352					682.582
Não circulante	8.023.493					7.863.696

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
			31/12/2019	31/12/2018		
Mensuradas ao Custo - Pós Fixado						
TJLP	TJLP + 1%	(c)	438.990	481.099	2009 a 2029	Alienação Fiduciária
CDI	(i) De 103,6% a 109,75% do CDI	(a)	5.339.824	5.858.319	2018 a 2025	Fiança da CPFL Energia
	(ii) CDI + 0,75% a 0,83%					
IPCA	De 104,75% a 110% do CDI	(a)	996.644	859.428	2015 a 2022	Não existem garantias
	IPCA + de 4,42% a 5,8%	(b)	1.320.909	1.367.428	2019 a 2027	Fiança da CPFL Energia
			8.096.368	8.566.274		
	Gastos com captação (*)		(42.215)	(59.796)		
Mensuradas ao valor justo - pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	444.939	426.989	2024 a 2026	Fiança da CPFL Energia
	Marcação a mercado		47.186	7.378		
	Total		8.546.278	8.940.845		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI.

Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 35.

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,77% do CDI | CDI + de 0,76% a 0,89%

(b) IPCA + 4,84% a 6,31%

(c) TJLP + 3,48%

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Conforme segregado no quadro acima, o Grupo classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2019 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 47.186 (R\$ 7.378 em 31 de dezembro de 2018), que compensados pelos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 70.517 (R\$ 21.012 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 35), geraram um ganho total líquido de R\$ 23.331 (R\$ 13.634 em 31 de dezembro de 2018).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2021	1.191.059
2022	1.732.136
2023	2.321.213
2024	1.932.174
2025	404.271
2026 a 2030	235.657
Subtotal	7.816.510
Marcação a mercado	47.186
Total	7.863.696

Principais adições no exercício

Modalidade Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
			Liberado em 2019	Liberado líquido dos gastos de emissão				
Moeda nacional - CDI								
CPFL Brasil	5ª emissão 1ª série	105.000	105.000	104.834	Semestral	parcela única em dezembro de 2019	103,6% do CDI	106,82% do CDI
CPFL Brasil	5ª emissão 2ª série	220.000	220.000	219.652	Semestral	2 parcelas anuais a partir de janeiro de 2023	108,25% do CDI	109,06% do CDI
CPFL Paulista	10ª emissão	1.380.000	1.380.000	1.378.596	Semestral	2 parcelas anuais a partir de maio de 2023	107% do CDI	107,84% do CDI
CPFL Piratininga	11ª emissão	215.000	215.000	214.697	Semestral	2 parcelas anuais a partir de maio de 2023	107% do CDI	107,84% do CDI
CPFL Santa Cruz	3ª emissão	190.000	190.000	189.703	Semestral	Parcela única em maio de 2022	107% do CDI	107,84% do CDI
RGE	10ª emissão	740.000	740.000	739.206	Semestral	2 parcelas anuais a partir de maio de 2023	107% do CDI	107,84% do CDI
CPFL Renováveis	9ª emissão 1ª série	30.000	300.000	299.955	Semestral	Parcela única em novembro de 2022	104,75% do CDI	105,45% do CDI
CPFL Renováveis	9ª emissão 2ª série	53.800	538.000	537.815	Semestral	3 parcelas semestrais a partir de novembro de 2022	106% do CDI	106,66% do CDI
			<u>3.688.000</u>	<u>3.684.459</u>				

Os recursos são destinados para os planos de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro das controladas.

Pré-pagamento:

No ano de 2019, foram liquidados antecipadamente R\$ 3.506.174 (R\$ 3.247.401 em 31 de dezembro de 2018) de debêntures cujos vencimentos originais eram até novembro de 2028.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

(20) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

20.1 Características

CPFL Paulista

Atualmente vigora, para os funcionários da controlada CPFL Paulista através da FUNCESP um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

CPFL Piratininga

A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 2 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - “SPC”, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um “Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS”, e um “Plano de Benefícios Misto”, com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”) na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- (ii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a controlada e os participantes.
- (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia,

reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

RGE Sul (RGE)

A controlada RGE mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo:

- (i) “Plano 1” (Plano Único RGE): Plano do tipo “benefício definido” com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018, conforme mencionado na nota 13.5; e
- (ii) “Plano 2” (Plano Único RGE Sul): Plano do tipo “benefício definido”, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da controlada é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação.

Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de “contribuição definida”, sendo Bradesco Vida e Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela RGE a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras.

CPFL Santa Cruz

Com o evento do agrupamento de controladas ocorrido em 2017, o plano oficial da empresa passou a ser o CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. Aos empregados que possuíam o plano de benefícios administrado pelo BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil, manteve-se o mesmo plano.

CPFL Geração

Os funcionários da controlada CPFL Geração participam do mesmo plano da CPFL Paulista. Para os gestores, há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

20.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2019					
	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratininga	CPFL Geração	Plano 1 (*)	Plano 2	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	6.164.035	1.773.089	152.254	464.335	681.363	9.235.076
Valor justo dos ativos do plano	(4.517.265)	(1.353.050)	(105.914)	(466.390)	(503.867)	(6.946.486)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	1.646.770	420.039	46.340	(2.055)	177.496	2.288.590
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>)	74.849	-	-	2.055	-	76.904
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	1.721.619	420.039	46.340	-	177.496	2.365.494

	31/12/2018					
	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratininga	CPFL Geração	Plano 1 (*)	Plano 2	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	5.123.238	1.416.391	119.964	382.993	553.493	7.596.079
Valor justo dos ativos do plano	(4.215.431)	(1.205.647)	(98.836)	(413.043)	(463.571)	(6.396.529)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	907.807	210.744	21.129	(30.050)	89.922	1.199.550
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>)	-	-	-	30.050	-	30.050
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	907.807	210.744	21.129	-	89.922	1.229.600

(*) O plano 1 esteve registrado na extinta RGE até o agrupamento das distribuidoras à data-base de 31 de outubro de 2018.

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratiníngua	CPFL Geração	Plano 1 (*)	Plano 2	
	Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2017	4.615.061	1.247.462	110.801	365.924	
Custo do serviço corrente bruto	835	4.365	78	175	2.790	8.243
Juros sobre obrigação atuarial	421.083	114.628	10.109	33.552	48.218	627.590
Contribuições de participantes vertidas no exercício	24	2.078	-	395	842	3.339
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	-	-	-	-	345	345
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	485.142	135.540	8.409	8.921	12.774	650.786
Benefícios pagos no exercício	(398.907)	(87.682)	(9.433)	(25.974)	(35.769)	(557.765)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2018	5.123.238	1.416.391	119.964	382.993	553.493	7.596.079
Custo do serviço corrente bruto	925	5.449	84	185	2.352	8.995
Juros sobre obrigação atuarial	449.173	125.059	10.507	34.342	48.796	667.877
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	1.886	-	620	1.136	3.642
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(2.900)	(77)	(165)	-	-	(3.142)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	1.037.048	321.011	31.516	73.759	113.836	1.577.170
Benefícios pagos no exercício	(443.449)	(96.628)	(9.652)	(27.564)	(38.250)	(615.543)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019	6.164.035	1.773.089	152.254	464.335	681.363	9.235.076

	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratiníngua	CPFL Geração	Plano 1 (*)	Plano 2	
	Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2017	(3.925.061)	(1.105.738)	(94.378)	(387.322)	
Rendimento esperado no exercício	(359.588)	(102.621)	(8.634)	(35.950)	(41.166)	(547.959)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(24)	(2.078)	-	(395)	(842)	(3.339)
Contribuições de patrocinadoras	(65.096)	(25.460)	(1.027)	(7.643)	(6.712)	(105.938)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(264.569)	(57.432)	(4.230)	(7.707)	(3.950)	(337.888)
Benefícios pagos no exercício	398.907	87.682	9.433	25.974	35.769	557.765
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2018	(4.215.431)	(1.205.647)	(98.836)	(413.043)	(463.571)	(6.396.529)
Rendimento esperado no exercício	(372.121)	(107.795)	(8.699)	(37.500)	(40.947)	(567.063)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	-	(1.886)	-	(620)	(1.136)	(3.643)
Contribuições de patrocinadoras	(92.756)	(34.444)	(1.604)	(7.748)	(6.959)	(143.512)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(280.404)	(99.905)	(6.426)	(35.042)	(29.504)	(451.281)
Benefícios pagos no exercício	443.449	96.628	9.652	27.564	38.250	615.543
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019	(4.517.265)	(1.353.050)	(105.914)	(466.390)	(503.867)	(6.946.486)

20.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratiníngua	CPFL Geração	Plano 1	Plano 2	
	Passivo atuarial líquido em 31/12/2017	690.000	141.724	16.424	-	
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	62.330	16.372	1.553	(188)	9.842	89.909
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(65.096)	(25.460)	(1.027)	(7.643)	(6.712)	(105.938)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-	-	-	-	345	345
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	485.142	135.540	8.409	8.921	12.774	650.786
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(264.569)	(57.432)	(4.230)	(7.707)	(3.950)	(337.888)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-	-	-	6.617	-	6.617
Passivo atuarial líquido em 31/12/2018	907.807	210.744	21.129	-	89.922	1.229.600
Outras contribuições	-	-	-	-	-	13.662
Total passivo						1.243.263
Circulante						86.623
Não circulante						1.156.639

	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratiníngua	CPFL Geração	Plano 1 (*)	Plano 2	
	Passivo atuarial líquido em 31/12/2018	907.807	210.744	21.129	-	
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	77.977	22.711	1.892	(178)	10.201	112.602
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(92.756)	(34.444)	(1.604)	(7.748)	(6.959)	(143.512)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(2.900)	(77)	(165)	-	-	(3.143)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	1.037.048	321.011	31.516	73.759	113.836	1.577.170
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(280.404)	(99.905)	(6.426)	(35.042)	(29.504)	(451.281)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	74.849	-	-	(30.791)	-	44.058
Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	1.721.619	420.039	46.340	-	177.496	2.365.494
Outras contribuições	-	-	-	-	-	12.683
Total passivo						2.378.178
Circulante						224.851
Não Circulante						2.153.327

20.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2020 estão apresentadas a seguir:

Contribuições esperadas

	<u>2020</u>
CPFL Paulista	121.055
CPFL Piratininga	40.263
CPFL Geração	2.481
RGE Sul (RGE) - Plano 1	7.393
RGE Sul (RGE) - Plano 2	6.102
Total	<u>177.294</u>

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024 até 2029</u>	<u>Total</u>
CPFL Paulista	436.163	448.553	460.445	471.438	3.017.325	4.833.924
CPFL Piratininga	99.957	104.651	108.695	113.023	774.546	1.200.872
CPFL Geração	10.728	10.992	11.238	11.494	73.016	117.468
RGE Sul (RGE) - Plano 1	28.695	29.642	30.980	32.025	213.150	334.492
RGE Sul (RGE) - Plano 2	38.642	40.078	41.785	43.447	293.489	457.441
Total	<u>614.185</u>	<u>633.916</u>	<u>653.143</u>	<u>671.427</u>	<u>4.371.526</u>	<u>6.944.197</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 10,3 anos para a CPFL Paulista, 12,5 anos para a CPFL Piratininga, 10,7 anos para a CPFL Geração, 11,3 anos para o Plano 1 da RGE e 12,5 anos para o Plano 2 da RGE.

20.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2020 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2019 e 2018 são como segue:

	<u>2020 estimadas</u>					
	<u>CPFL</u>			<u>RGE</u>		
	<u>CPFL Paulista</u>	<u>Piratininga</u>	<u>CPFL Geração</u>	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>	<u>Total</u>
Custo do serviço	1.533	9.135	124	(308)	2.244	12.728
Juros sobre obrigações atuariais	441.784	128.027	10.914	33.434	49.190	663.349
Rendimento esperado dos ativos do plano	(323.926)	(98.386)	(7.563)	(33.885)	(36.272)	(500.032)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	5.561	-	-	153	-	5.714
Total da despesa (receita)	<u>124.952</u>	<u>38.776</u>	<u>3.475</u>	<u>(606)</u>	<u>15.162</u>	<u>181.759</u>
	<u>2019 realizadas</u>					
	<u>CPFL</u>			<u>RGE</u>		
	<u>CPFL Paulista</u>	<u>Piratininga</u>	<u>CPFL Geração</u>	<u>Plano 1 (*)</u>	<u>Plano 2</u>	<u>Total</u>
Custo do serviço	925	5.449	84	185	2.352	8.993
Juros sobre obrigações atuariais	449.173	125.059	10.507	34.342	48.796	667.877
Rendimento esperado dos ativos do plano	(372.121)	(107.795)	(8.699)	(37.500)	(40.947)	(567.062)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	-	-	2.795	-	2.795
Total da despesa (receita)	<u>77.977</u>	<u>22.711</u>	<u>1.892</u>	<u>(178)</u>	<u>10.201</u>	<u>112.603</u>
	<u>2018 realizadas</u>					
	<u>CPFL</u>			<u>RGE</u>		
	<u>CPFL Paulista</u>	<u>Piratininga</u>	<u>CPFL Geração</u>	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>	<u>Total</u>
Custo do serviço	835	4.365	78	175	2.790	8.243
Juros sobre obrigações atuariais	421.083	114.628	10.109	33.552	48.218	627.590
Rendimento esperado dos ativos do plano	(359.587)	(102.622)	(8.634)	(35.950)	(41.166)	(547.959)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	-	-	2.035	-	2.035
Total da despesa (receita)	<u>62.330</u>	<u>16.372</u>	<u>1.553</u>	<u>(188)</u>	<u>9.842</u>	<u>89.909</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Paulista, CPFL Geração e CPFL Piratininga		RGE (Planos 1 e 2)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,43% a.a.	9,10% a.a.	7,43% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,43% a.a.	9,10% a.a.	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,56% a.a.(*)	5,56% a.a.(*)	5,97% a.a.(**)	5,97% a.a.(**)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)	BR-EMS sb v.2015	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a CPFL Piratininga foi de 6,39% em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(**) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (plano 1) foi de 5,15% em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

20.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão do Grupo CPFL, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, administrados pela FUNCESP e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2020, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2019.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela Fundação CESP				Ativos administrados pela Fundação Família e Previdência			
	CPFL Paulista e CPFL Geração		CPFL Piratininga		RGE Sul (RGE)			
	2019	2018	2019	2018	Plano 1	2018	Plano 2	2018
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Renda fixa	75%	77%	76%	81%	76%	78%	74%	77%
Títulos públicos federais	61%	55%	58%	53%	66%	68%	64%	67%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	3%	2%	5%	5%	5%	5%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	-	1%	-	1%	2%	3%	3%	3%
Fundos de investimento multimercado	4%	4%	4%	4%	2%	2%	2%	2%
Outros investimentos de renda fixa	9%	15%	12%	18%	-	-	-	-
Renda variável	17%	15%	17%	13%	21%	18%	21%	18%
Ações da CPFL Energia	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	-
Fundos de investimento em ações	17%	15%	17%	13%	21%	18%	21%	18%
Investimentos estruturados	4%	2%	4%	2%	-	1%	1%	1%
Fundos de participação	-	-	-	-	-	-	-	1%
Fundos imobiliários	-	-	-	-	-	1%	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	4%	2%	4%	2%	-	-	-	-
Cotados em mercado ativo	96%	94%	97%	97%	96%	96%	96%	96%
Imóveis	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Operações com participantes	1%	1%	1%	2%	1%	2%	2%	2%
Outros ativos	-	1%	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e outros	-	1%	-	-	-	-	-	-
Não cotados em mercado ativo	4%	6%	3%	3%	4%	4%	4%	4%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	Meta para 2020			
	FUNCESP		Fundação Família Previdência	
	CPFL Paulista e CPFL Geração	CPFL Piratininga	RGE Sul (RGE)	
			Plano 1	Plano 2
Renda Fixa	61,3%	51,6%	76,0%	76,0%
Renda variável	24,9%	35,5%	9,0%	11,0%
Imóveis	3,6%	1,8%	2,0%	3,0%
Empréstimos e financiamentos	1,9%	2,7%	2,0%	2,0%
Investimentos estruturados	-	-	11,0%	8,0%
Investimentos no exterior	8,4%	8,4%	-	-
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A meta de alocação para 2020 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da FUNCESP e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2019 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2020, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Funcesp e a Fundação Família Previdência atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

20.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE Sul (RGE)		Total
					Plano 1	Plano 2	
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p. +0,25 p.p.	160.456 (153.552)	56.441 (53.580)	4.116 (3.928)	13.297 (12.683)	21.548 (20.456)	255.858 (244.199)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano -1 ano	(169.890) 169.223	(40.984) 40.473	(4.005) 3.993	(11.057) 10.917	(15.957) 15.743	(241.893) 240.349

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,43%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,18% a.a. e 7,68% a.a..

** A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da FUNCESP e BREMS sb v.2015 para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

20.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, o qual inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da FUNCESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

A FUNCESP e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição a risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

As Políticas de Investimentos da FUNCESP e da Fundação Família Previdência determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(21) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Compens. financ. pela utilização de rec. hídricos	1.265	1.701
Reserva global de reversão - RGR	17.260	17.288
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	7.375	5.470
Bandeiras tarifárias e outros	206.352	126.196
Total	232.251	150.656

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro de 2019 e 2018 e ainda não homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”).

(22) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	156.240	73.058
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	62.721	27.392
Imposto de renda e contribuição social a recolher	218.961	100.450
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	435.155	430.149
Programa de integração social - PIS	36.657	30.760
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	168.195	152.945
PIS/COFINS parcelamento	9.323	-
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	40.099	-
Outros	52.105	51.135
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	741.536	664.989
Total Circulante	960.497	765.438
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	156.198	-
ICMS a pagar	805	772
PIS/COFINS parcelamento	-	8.919
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	805	9.691
Total Não circulante	157.003	9.691

Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ: no não circulante, em função da aplicação inicial do IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, refere-se à reclassificação de provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro para Imposto de renda a recolher. O caso em questão refere-se a Mandado de Segurança impetrado pela controlada CPFL Piratininga, que discutia a possibilidade de exclusão da CSLL da sua própria base de cálculo, bem como da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento.

O Grupo possui ainda alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota Nota 23 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(23) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	235.085	96.094	219.314	103.760
Cíveis	245.464	66.243	281.304	99.604
Fiscais				
FINSOCIAL	-	-	39.727	99.146
Imposto de renda e contribuição social	7.571	417.664	154.717	401.381
Outras	46.255	177.369	195.379	150.472
	53.825	595.033	389.823	650.999
Outros	66.401	1	88.920	12
Total	600.775	757.370	979.360	854.374

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros está demonstrada a seguir:

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Reclassificação (nota 22)	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	219.314	86.735	(29.967)	(68.927)	27.932	-	235.085
Cíveis	281.304	107.671	(43.679)	(123.054)	23.223	-	245.464
Fiscais	389.823	121.146	(55.221)	(276.652)	30.927	(156.198)	53.825
Outros	88.920	6.571	(16.420)	(15.518)	2.849	-	66.401
Total	979.360	322.121	(145.288)	(484.153)	84.932	(156.198)	600.775

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que o Grupo é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração do Grupo.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b. **Cíveis**

Danos pessoais - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

Majoração tarifária - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE nºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado".
- c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e Pis e Cofins.
- d. **Outros:** A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis:

O Grupo é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estavam assim representadas:

	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	
Trabalhistas	583.348	786.901	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	1.815.143	1.630.630	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	4.350.740	3.822.488	Imposto de renda e contribuição social (nota 22)
Fiscais - outros	2.654.331	2.377.101	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	76.404	139.593	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	9.479.966	8.756.713	

Fiscais:

- (i) Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP (“FUNCESP”) no montante estimado de R\$ 1.478.266, havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 22.264 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias), nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 248.725 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a controlada. A decisão ainda não foi publicada em seu integral teor, podendo a controlada quando tiver acesso ao acórdão avaliar os recursos pertinentes ainda no âmbito do STJ. Adicionalmente, a controlada possui um recurso extraordinário em fase inicial de tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Consequentemente, com base no atual estágio de tramitação do processo, tanto no STJ quanto no STF e com base na opinião de seus assessores legais, a controlada permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.
- (ii) em 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante de R\$ 327.547 referente cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável;
- (iii) em 2016 a controlada CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 482.734 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERS A Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

Trabalhistas:

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho (“TR”) pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu

a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho (“TR”), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração do Grupo considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(24) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Consumidores e concessionárias	114.610	93.612	183.938	47.831
Programa de eficiência energética - PEE	230.451	183.225	89.522	120.563
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	93.658	110.495	125.111	72.941
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	49.275	38.052	-	-
Fundo de reversão	1.712	1.712	12.615	14.327
Adiantamentos	234.556	197.470	43.263	48.724
Descontos tarifários - CDE	76.632	96.819	-	-
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	24.485	22.489	203.844	110.261
Folha de pagamento	18.004	15.674	-	-
Participação nos lucros	98.713	95.502	29.631	20.575
Convênios de arrecadação	93.740	85.018	-	-
Aquisição de negócios	7.901	7.598	-	-
Outros	50.533	31.630	71.406	40.174
Total	1.094.269	979.296	759.331	475.396

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética;
 FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
 PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se principalmente a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização. No longo prazo refere-se principalmente ao repasse do PIS e COFINS aos consumidores (nota 8) e à energia de curto prazo (CCEE) relacionada ao Despacho ANEEL nº 288.

Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento: As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

Adiantamentos: refere-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos: Referem-se principalmente a provisões constituídas pela controlada CPFL Renováveis, relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,22%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

Descontos tarifários – CDE: Refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

Participação nos lucros: Refere-se principalmente a:

- (i) Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, o Grupo implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos;
- (ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos do Grupo, aprovado pelo Conselho de Administração, que consiste em um incentivo em recursos financeiros baseado em múltiplos salariais e que tem como orientadores os resultados da empresa e a performance média da Companhia nos três exercícios sociais seguintes a cada concessão.

(25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
State Grid Brazil Power Participações S.A.	730.435.698	63,39%	730.435.698	71,76%
ESC Energia S.A.	234.086.204	20,32%	234.086.204	23,00%
Membros da Diretoria Executiva	189	0,00%	189	0,00%
Demais acionistas	187.732.349	16,29%	53.392.655	5,25%
Total	1.152.254.440	100,00%	1.017.914.746	100,00%

25.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2019, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da CPFL Energia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,52 vezes o EBITDA em 2019, no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

25.2 Oferta Pública de Ações

Em 2 de Abril de 2019 a Companhia informou à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sobre sua intenção de realizar uma oferta pública de ações ordinárias (“Oferta”), e, em 18 de Abril de 2019, a B3 aprovou seu pedido de extensão de prazo para atingimento de um percentual mínimo de ações em circulação no mercado (*free float*) de 15% do capital social total da Companhia até 31 de outubro de 2019. Em 24 de Abril de 2019, foi divulgado o Fato Relevante pela Companhia, informando que arquivou na Securities and Exchange Commission (“SEC”) um Registration Statement on Form F-3 (“Form F-3”), permitindo que a Companhia realizasse nos EUA determinadas ofertas públicas de ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (“ADS”).

Em 12 de junho de 2019, em continuação aos comunicados divulgados anteriormente, a Companhia divulgou em Fato Relevante que foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, no âmbito da Oferta e nos termos da Instrução CVM 476, a fixação do preço por ação no valor de R\$ 27,50 e o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 3.212.471, por meio da emissão de 116.817.126 novas ações. Consequentemente, o capital social passou de R\$ 5.741.284 para R\$ 8.953.755 e o total de ações ordinárias,

nominativas, escriturais e sem valor nominal passou de 1.017.914.746 para 1.134.731.872. Em 27 de junho de 2019, a quantidade de ações foi acrescida de um lote suplementar de 15% do total das ações inicialmente ofertadas (sem considerar o Lote Adicional), ou seja, 17.522.568 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e preço das ações inicialmente ofertadas, passando o total de ações para 1.152.254.440. Em 28 de junho de 2019 estas ações foram liquidadas, totalizando R\$ 481.871 de aumento de capital, passando o capital social para R\$ 9.435.626 em 30 de setembro de 2019.

Os custos de emissão totalizaram, até 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 47.544, líquido dos efeitos tributários.

A Oferta foi realizada, simultaneamente: (i) com esforços restritos de colocação no Brasil, em mercado de balcão não organizado,; e (ii) no exterior. Não houve realocação de ações entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, em função da demanda verificada no Brasil e no exterior durante o curso da Oferta e, dessa forma, não houve alocação de ADSs no contexto da Oferta Internacional, sendo, portanto, todas as ações distribuídas no âmbito da Oferta Brasileira.

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de administração da Companhia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B" ("OPA Conversão de Registro") e/ou saída do Novo Mercado ("OPA Saída do Novo Mercado", e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, "OPA"), a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA está condicionada ao seu registro pela CVM e sua autorização pela B3, e será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis ("Ações em Circulação").

25.3 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao registro de operações envolvendo a controlada CPFL Renováveis: (i) combinação de negócios em 2011 (R\$ 228.322); (ii) oferta pública de ações em 2013 (R\$ 59.308); (iii) associação com a DESA em 2014 (R\$ 180.297); redução por: (iv) aquisição de participação, pela Companhia, anteriormente detida pela controladora State Grid em 2019 (R\$ 2.034.920) (nota 1.c) e (v) alteração na participação sem alteração no controle em 2019 (R\$ 75.298) (nota 13.1).

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

25.4 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.082.430, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 1.036.125; e ii) Reserva de reforço de capital de giro R\$ 4.046.305.

25.5 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado das geradoras, no montante de R\$ 355.049;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 1.674.527 (líquido de imposto de renda e contribuição social) corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2);
- (iii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o IFRS 9 / CPC 48 (saldo credor de R\$ 51.012).

25.6 Dividendo

Na AGE de 30 de abril de 2019 foi aprovada a declaração de dividendo referente ao exercício de 2018 de R\$ 488.785.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2019, o montante de R\$ 641.884 de dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,557068261.

Em 2019, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 486.906 referente ao dividendo de 2018.

25.7 Extinção da reserva estatutária do ativo financeiro da concessão

Na AGE de 27 de abril de 2018 foi aprovada a extinção da reserva estatutária de ativo financeiro da concessão e a transferência do respectivo saldo de R\$ 826.600 para a conta de Lucros Acumulados.

25.8 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício - controladora	2.702.671
Realização do resultado abrangente	25.672
Dividendo prescrito	765
Lucro líquido base para destinação	2.729.108
Reserva legal	(135.134)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(518.795)
Dividendos mínimos obrigatórios	(641.884)
Dividendo adicional proposto	(1.433.295)

Para este exercício, considerando o atual cenário com uma incipiente retomada econômica e, também considerando as incertezas quanto à hidrologia, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 518.795 à reserva estatutária - reforço de capital de giro.

(26) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	2.702.671	2.058.040
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.087.828.995 (**)	1.017.914.746
Lucro por ação - básico	2,48	2,02
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	2.702.671	2.058.040
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)	<u>(13.764)</u>	<u>(7.525)</u>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	2.688.907	2.050.515
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.087.828.995 (**)	1.017.914.746
Lucro por ação - diluído	2,47	2,01

(*) Proporcional ao percentual de participação da Companhia na controlada em cada período apresentado.

(**) Considera os eventos ocorridos em 12 e 28 de junho de 2019, relacionados ao processo da Oferta Pública de Ações da Companhia (nota 25.2)

- (*) O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas indiretas da Companhia (nota 19). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício.

(27) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado					
	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	8.721.256	8.544.035	20.355	19.618	15.356.697	13.549.879
Industrial	57.116	58.241	13.198	13.834	5.222.522	5.188.778
Comercial	529.815	532.592	10.700	10.211	6.674.870	6.038.086
Rural	363.500	361.908	3.231	3.583	1.430.315	1.334.868
Poderes públicos	61.868	60.685	1.468	1.459	957.935	879.910
Iluminação pública	11.809	11.659	2.039	2.003	838.116	767.246
Serviço público	10.512	10.194	2.348	2.348	1.241.696	1.150.227
Fornecimento faturado	9.755.876	9.579.314	53.339	53.057	31.722.151	28.908.995
Consumo próprio	-	-	36	34	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	39.477	112.441
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(12.769.168)	(11.095.762)
Fornecimento de energia elétrica	9.755.876	9.579.314	53.375	53.091	18.992.460	17.925.674
Furnas Centrais Elétricas S.A.			2.875	2.875	578.603	544.342
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			18.351	17.757	4.215.041	3.825.201
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(133.073)	(96.717)
Energia elétrica de curto prazo			4.208	3.828	1.309.117	1.082.945
Suprimento de energia elétrica			25.435	24.459	5.969.688	5.355.771
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					12.902.241	11.192.479
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					3.359.298	2.650.565
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(84.461)	(57.630)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					2.087.995	1.772.222
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					(602.461)	1.207.917
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					280.632	345.015
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares					1.516.077	1.536.366
Outras receitas e rendas					587.668	697.878
Outras receitas operacionais					20.046.989	19.344.812
Total da receita operacional bruta					45.009.138	42.626.257
Deduções da receita operacional						
ICMS					(6.936.560)	(6.188.323)
PIS					(676.174)	(659.352)
COFINS					(3.173.715)	(3.037.164)
ISS					(19.830)	(16.871)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(3.642.384)	(4.016.362)
Programa de P & D e eficiência energética					(224.642)	(207.653)
PROINFA					(175.283)	(151.718)
Bandeiras tarifárias e outros					(180.572)	(178.536)
Compensação financeira pela utilização de recursos Hídricos - CFURH					(9.359)	-
Outros					(38.145)	(33.651)
					(15.076.664)	(14.489.630)
Receita operacional líquida					29.932.474	28.136.627

27.1. Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

Conforme previsto no Submódulo 2.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aprovado por meio da REN nº 463/2011, desde o 4º ciclo de revisão tarifária periódica das controladas de distribuição, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos foram apropriadas como passivo setorial, a partir de maio de 2015. Os valores contabilizados serão amortizados a partir do 5º ciclo (já em vigência para a controlada CPFL Piratininga), quando serão descontados da Parcela B (parcela de custos gerenciáveis das tarifas), exceto para a controlada CPFL Santa Cruz, cuja amortização foi iniciada no Reajuste Tarifário Anual – RTA de março de 2017 devido à renovação de sua concessão em 2015.

27.2. Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Distribuidora	Mês	2019		2018	
		RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)	RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)
CPFL Paulista	Abril	12,02%	8,66%	12,68%	16,90%
CPFL Piratininga	Outubro	1,88%	-7,80%	20,01%	19,25%
RGE	Junho	10,05% (c)	8,63%	21,27%	20,58%
RGE Sul (RGE)	Junho	10,05% (c)	1,72%	18,45%	22,47%
CPFL Santa Cruz	Março	13,70%	13,31%	(b)	(b)

(a) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior.

(b) Para 2018 o reajuste tarifário anual da CPFL Santa Cruz, foi de 5,71%, sendo 4,41% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,30% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito

médio percebido pelos consumidores das concessões originais foram:

	Jaguari	Mococa	Leste Paulista	Sul Paulista	Santa Cruz
Efeito médio percebido pelo consumidor	21,15%	3,40%	7,03%	7,50%	5,32%

27.3. Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE.

No exercício de 2019 foi registrada receita de R\$ 1.516.077 (R\$ 1.536.366 em 2018), sendo R\$ 78.277 referentes à subvenção baixa renda (R\$ 78.081 em 2018), (ii) R\$ 1.255.000 referentes a outros descontos tarifários (R\$ 1.354.845 em 2018) e (iii) R\$ 182.800 referentes a descontos tarifários – liminares e subvenção CCRBT (R\$ 103.440 em 2018).

27.4. Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.510, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes para o ano de 2019. Essas quotas contemplam: (i) quota CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia (parcelas finais com pagamentos encerrados em março de 2019), referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, recolhida dos consumidores e repassadas à Conta CDE a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.521 de 20 de março de 2019, a ANEEL estabeleceu a antecipação do pagamento da quota destinada à amortização da Conta ACR, devido à existência de saldo positivo na conta, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de março de 2019 a agosto de 2019, revogando a resolução REH nº 2.231 de 2017 anteriormente vigente.

(28) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	GWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	11.021	11.117	2.793.901	2.668.346
PROINFA	1.102	1.111	397.242	330.638
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	66.283	61.461	14.199.139	13.969.953
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(1.483.542)	(1.502.673)
Subtotal	78.406	73.689	15.906.740	15.466.264
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			2.080.667	2.114.720
Encargos de transporte de itaipu			281.185	266.153
Encargos de conexão			173.593	162.852
Encargos de uso do sistema de distribuição			47.828	48.811
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			4.385	(106.002)
Encargos de energia de reserva - EER			122.553	134.824
Crédito de PIS e COFINS			(245.958)	(249.458)
Subtotal			2.464.254	2.371.901
Total			18.370.994	17.838.165

(29) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pessoal	945.628	901.333	2	-	173.133	172.700	361.787	340.442	-	-	1.480.550	1.414.475
Entidade de previdência privada	112.603	89.909	-	-	-	-	-	-	-	-	112.603	89.909
Material	256.423	228.001	1.039	888	13.708	9.089	8.118	20.100	-	-	279.288	258.078
Serviços de terceiros	219.464	210.234	2.641	2.294	173.376	166.693	319.403	312.533	-	-	714.884	691.754
Custos com construção da infraestrutura	-	-	2.086.057	1.772.162	-	-	-	-	-	-	2.086.057	1.772.162
Outros	81.776	66.650	(7)	(6)	101.057	86.183	228.789	248.897	198.555	198.569	610.169	600.293
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	99.520	87.432	-	-	-	-	99.520	87.432
Arendamentos e alugueis	50.974	43.898	-	-	-	-	22.397	22.898	-	-	73.371	66.796
Publicidade e propaganda	55	21	-	-	-	15	21.272	19.155	-	-	21.327	19.191
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	172.495	186.686	-	-	172.495	186.686
Doações, contribuições e subvenções	1.687	2.053	-	-	-	-	3.849	5.108	-	-	5.536	7.161
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	189.566	210.840	189.566	210.840
Amortização de prêmio pago - GSF	13.470	13.413	-	-	-	-	-	-	-	-	13.470	13.413
Outros	15.589	7.265	(7)	(6)	1.537	(1.264)	8.776	15.049	8.989	(12.271)	34.884	8.773
Total	1.615.893	1.496.127	2.089.732	1.775.339	461.275	434.665	918.099	921.972	198.555	198.569	5.283.551	4.826.672

(30) RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2019	2018
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	263.241	222.773
Acréscimos e multas moratórias	312.450	276.350
Atualização de créditos fiscais	35.328	14.819
Atualização de depósitos judiciais	33.721	37.322
Atualizações monetárias e cambiais	62.969	70.201
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	23.605	33.779
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	88.079	80.240
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(46.035)	(46.217)
PIS e COFINS sobre JCP	(32.040)	(39.355)
Outros	162.285	112.503
Total	903.575	762.413
Despesas		
Encargos de dívidas	(1.130.447)	(1.328.693)
Atualizações monetárias e cambiais	(295.189)	(368.141)
(-) Juros capitalizados	25.641	28.606
Uso do Bem Público - UBP	(12.911)	(17.759)
Outros	(216.916)	(179.114)
Total	(1.629.822)	(1.865.100)
Resultado financeiro	(726.247)	(1.102.687)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o exercício de 2019 (8,27% a.a. em 2018) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23.

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 207.055 em 2019 (perdas de R\$ 617.545 em 2018) (nota 35).

(31) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais do Grupo é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de distribuição, geração (fontes convencionais e renováveis), comercialização de energia elétrica e serviços prestados.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos do Grupo:

	Distribuição	Geração (Fontes convencionais)	Renováveis (Fontes renováveis)	Comercialização	Serviços	Subtotal	Outros (*)	Eliminações	Total
2019									
Receita operacional líquida	24.217.986	710.730	1.426.648	3.487.008	87.791	29.930.163	2.311	-	29.932.474
(-) Vendas entre segmentos	42.311	502.151	501.363	3.696	526.574	1.576.095	-	(1.576.095)	-
Custo com energia elétrica	(15.623.488)	(133.035)	(319.634)	(3.342.502)	-	(19.418.659)	-	1.047.664	(18.370.994)
Custos e despesas operacionais	(4.940.793)	(122.509)	(404.845)	(48.710)	(476.006)	(5.992.863)	(52.544)	528.431	(5.516.977)
Depreciação e amortização	(820.206)	(118.573)	(645.722)	(7.048)	(26.511)	(1.618.061)	(62.992)	-	(1.681.053)
Resultado do serviço	2.875.809	838.765	557.810	92.443	111.848	4.476.675	(113.225)	-	4.363.450
Resultado de participações societárias	-	349.090	-	-	-	349.090	-	-	349.090
Receita financeira	624.459	45.323	172.658	33.461	6.062	881.963	49.578	(27.966)	903.575
Despesa financeira	(821.739)	(197.998)	(576.292)	(56.160)	(4.270)	(1.656.459)	(1.329)	27.966	(1.629.822)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	2.678.529	1.035.180	154.176	69.744	113.639	4.051.269	(64.976)	-	3.986.293
Imposto de renda e contribuição social	(843.954)	(171.594)	(47.152)	(22.269)	(30.357)	(1.115.326)	(122.671)	-	(1.237.996)
Lucro (prejuízo) líquido	1.834.575	863.586	107.024	47.475	83.282	2.935.943	(187.647)	-	2.748.297
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	2.033.342	32.536	126.158	8.577	52.058	2.252.671	1.778	-	2.254.449
2018									
Receita operacional líquida	22.457.079	661.831	1.468.254	3.491.300	58.163	28.136.627	-	-	28.136.627
(-) Vendas entre segmentos	10.238	482.548	468.065	5.152	474.646	1.440.650	-	(1.440.650)	-
Custo com energia elétrica	(15.022.304)	(102.421)	(320.346)	(3.352.745)	-	(18.797.816)	-	959.650	(17.838.165)
Custos e despesas operacionais	(4.440.783)	(104.606)	(407.211)	(47.287)	(437.709)	(5.437.597)	(39.333)	481.000	(4.995.931)
Depreciação e amortização	(766.796)	(116.372)	(623.106)	(2.346)	(22.521)	(1.531.143)	(209)	-	(1.531.351)
Resultado do serviço	2.237.434	820.979	585.655	94.074	72.579	3.810.721	(39.542)	-	3.771.179
Resultado de participações societárias	-	334.198	-	-	-	334.198	-	-	334.198
Receita financeira	574.685	75.844	131.694	46.102	5.782	834.107	(22.092)	(49.602)	762.413
Despesa financeira	(884.583)	(324.121)	(635.820)	(59.128)	(5.908)	(1.909.559)	(5.143)	49.602	(1.865.100)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.927.537	906.899	81.530	81.049	72.453	3.069.467	(66.778)	-	3.002.690
Imposto de renda e contribuição social	(495.120)	(137.089)	37.276	(27.945)	(29.529)	(652.408)	(121.575)	-	(773.982)
Lucro (prejuízo) líquido	1.432.416	769.810	118.805	53.104	42.924	2.417.060	(188.352)	-	2.228.707
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	1.769.569	11.517	225.202	2.926	52.855	2.062.069	353	-	2.062.422

(*) Outros: refere-se basicamente a ativos e transações que não são relacionados a nenhum dos segmentos identificados.

(32) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia pelas distribuidoras, comercializadoras e geradoras através de contratos de curto ou longo prazo e de tarifas cobradas pelo uso da rede de distribuição (TUSD). Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.
- Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.
- Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Em setembro de 2019, a Companhia adquiriu de sua controladora State Grid 243.771.824 ações da controlada CPFL Renováveis, conforme descrito na nota 1.

Algumas controladas da Companhia possuem planos de suplementação de aposentadoria mantidos junto às Fundações CESP e Família Previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 20 Entidade de Previdência Privada.

O Grupo possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 100.588 (R\$ 90.783 em 2018). Este valor é composto por R\$ 83.636 (R\$ 78.335 em 2018) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 2.251 (R\$ 2.160 em 2018) de benefícios pós-emprego e R\$ 14.701 (R\$ 10.288 em 2018) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

O saldo de mútuo na controladora, no montante de R\$ 424.387, refere-se substancialmente ao mútuo com a controlada CPFL Renováveis, com vencimento até julho de 2020 e remunerado a 107% do CDI.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:

	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
Adiantamentos								
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	657	-	-	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	-	930	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	1.155	-	-	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	-	418	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	2.998	16	-	-	200.771	152.369
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	3.082	-	6.544	2.993	3.095	12	33.792	44.575
Foz do Chapecó Energia S.A.	1.773	-	45.009	41.850	20.901	18	495.111	490.713
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	1.017	943	62.330	78.639	11.674	10.338	364.383	354.430
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	6.737	13.397	-	19	79.701	143.845
Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço								
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	-	77	-
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	198	2	-	-	2.240	2.225	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	11	15	-	-	2.148	2.143	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	2	2	-	-	1.991	1.902	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	534	-	-	392	3	-	-
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio								
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	3.504	3	-	-	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	37.090	33.733	-	-	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	59.289	65.010	-	-	-	-	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	3.711	4.151

(33) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais, Lucros Cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de Engenharia e Multirisco	3.054.310
Transporte	Nacional e Internacional	700.408
Automóveis	Cobertura Compreensiva	3.396
Responsabilidade civil	Geral, Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica e Riscos Ambientais,	255.000
Pessoas	Vidas em Grupo e Acidentes pessoais	877.387
Garantia	Seguro Garantia	3.995.725
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	310.237
Total		9.196.463

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(34) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo CPFL, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos

quais o Grupo CPFL está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar, dos contratos de venda de energia do empreendimento controlado em conjunto, ENERCAN. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A exposição relativa à receita da ENERCAN, proporcional a participação detida pela Companhia, está protegida com a contratação de instrumento financeiro do tipo zero cost collar, descrito na nota 35.b.1. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 35. Adicionalmente as controladas do Grupo estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 35.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelos segmentos de comercialização e serviços através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. No segmento de distribuição, mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco de sub/sobrecontratação das distribuidoras: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual as distribuidoras do Grupo CPFL e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. As distribuidoras podem ficar impossibilitadas de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além de as distribuidoras serem obrigadas a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuírem garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco de mercado das comercializadoras: Esse risco decorre da possibilidade das comercializadoras incorrerem em perdas por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, marcadas contra o preço de mercado da energia.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2019 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Para os contratos de construção de companhias de transmissão firmados em 2019, o Grupo também está exposto a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de commodities e de insumos, tais como o alumínio necessário para a etapa de construção. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco são utilizadas para reduzir esta volatilidade no fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação incluem instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo utiliza-se de sistema de *software* (*Luna e Bloomberg*), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais o Grupo estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que o Grupo tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(35) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Grupo são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Consolidado 31/12/2019	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	1.937.163	1.937.163
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	851.004	851.004
Derivativos	35	(a)	Nível 2	645.674	645.674
Derivativos - zero-cost collar	35	(a)	Nível 3	5.419	5.419
Ativo financeiro da concessão - distribuição	11	(a)	Nível 3	8.779.717	8.779.717
Total				12.218.977	12.218.977
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	18	(b)	Nível 2 (***)	5.354.243	5.350.030
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	18	(a)	Nível 2	5.009.052	5.009.052
Debêntures - principal e encargos	19	(b)	Nível 2 (***)	8.054.153	8.056.757
Debêntures - principal e encargos (**)	19	(a)	Nível 2	492.125	492.125
Derivativos	35	(a)	Nível 2	35.557	35.557
Total				18.945.130	18.943.521

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma perda de R\$ 127.102 em 2019 (um ganho de R\$ 37.421 em 2018).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) arrendamentos, (iii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iv) contas a receber – CDE, (v) cauções, fundos e depósitos vinculados, (vi) serviços prestados a terceiros, (vii) convênios de arrecadação e (viii) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) FNDCT/EPE/PROCEL, (vi) convênio de arrecadação, (vii) fundo de reversão, (viii) Contas a pagar de aquisição de negócios, (ix) descontos tarifários – CDE e (x) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve em 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Contratos a termo e futuros são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde esses ativos são negociados, ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, são utilizadas interpolações entre os vencimentos disponíveis.

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$ 281.340 (R\$ 345.015 em 2018), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados na nota 11 e 27.

Adicionalmente, as principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo do derivativo “zero-cost collar”, cuja classificação de hierarquia de valor justo é Nível 3, estão divulgadas na nota 35 b.1.

A Companhia registra no consolidado, em “Investimentos em instrumentos patrimoniais” a participação de 5,94% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S.A., sendo 28.154.140 ações ordinárias e 18.593.070 ações preferenciais, não cotadas em bolsa. O objetivo principal de suas operações é gerar energia elétrica que será comercializada pelos respectivos acionistas detentores da concessão, a Companhia registra o respectivo investimento ao seu valor de custo, o qual representa a melhor estimativa de seu valor justo, uma vez que não há informações recentes disponíveis para o apuração do valor justo, em conformidade com o IFRS 9.

b) Instrumentos derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. O Grupo possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Adicionalmente, a controlada CPFL Geração contratou em 2015 derivativo do tipo *zero-cost collar* (vide item b.1 abaixo) e, em 2019, derivativo de compra a termo de alumínio sem entrega física.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 18 e 19). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

No exercício findo em 2019, a controlada CPFL Geração, visando a proteção de compras de insumos para a construção de novos projetos de transmissão, realizou operações com derivativos, através de compras a termo de alumínio para liquidação futura, com o objetivo de reduzir o risco da oscilação de preços para o período de compra de alumínio (puro).

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	542.278	(29.231)	513.047	487.030	26.017	US\$ + (Libor 3 meses + 0,8% a 1,55%) ou (1,96% a 3,65%)	99,80% a 116% do CDI ou CDI + 0,12%	out/18 a mar/22	3.838.488
Empréstimos bancários - Lei 4.131	13.391	(6.157)	7.234	9.074	(1.840)	Euro + 0,42% a 0,96%	102% a 105,8% do CDI	abr/19 a mar/22	834.630
	555.670	(35.388)	520.282	496.104	24.178				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	90.004	-	90.004	19.486	70.517	IPCA + 5,8%	100,15% a 104,3% do CDI	ago/25	416.600
Subtotal proteção de dívidas	645.673	(35.388)	610.285	515.591	94.695				
Outros derivativos (2)									
Zero cost collar	5.419	-	5.419	-	5.419	Indexador / moeda	Faixa de vencimento	Nocional em US\$	
Termo de mercadoria (alumínio)	-	(16)	(16)	-	(16)	US\$	de jul/18 a set/20	22.174	
NDF - Alumínio	-	(153)	(153)	52	(205)	alumínio (US\$/ton)	jul/20	3.889	
Subtotal outros	5.419	(169)	5.250	52	5.198	US\$	jul/20	6.296	
Total	651.093	(35.557)	615.536	515.643	99.893				
Circulante	281.326	(29.400)							
Não circulante	369.767	(6.157)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 18 e 19.

- (1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.
- (2) Devido às características destes derivativos o nocional está apresentado em dólar norte-americano.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Consolidado				
	Saldo em 31/12/2017	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2018
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	526.148	662.147	(556.927)	631.368
Para dívidas não designadas a valor justo	17.881	(21.817)	25.484	21.548
Outros (zero cost collar)	-	11.984	(11.984)	-
Marcação a mercado (*)	9.095	(36.817)	-	(27.722)
	553.124	615.497	(543.427)	625.194

Consolidado				
	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2019
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	631.368	75.241	(191.018)	515.591
Para dívidas não designadas a valor justo	21.548	(857)	(20.691)	-
Outros	-	7.600	(7.548)	52
Marcação a mercado (*)	(27.722)	127.615	-	99.893
	625.194	209.599	(219.257)	615.536

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 139.361 para as dívidas designadas a valor justo, (ii) perda de R\$ 577 para as dívidas não designadas a valor justo e (iii) perda de R\$ 11.169 para outros derivativos.

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 18 e 19).

O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2018 e 2019, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2019	2018	2019	2018
Varição de taxas de juros	16.559	(19.747)	-	-
Marcação a mercado	46.243	13.135	2.685	272
Varição cambial	65.424	672.061	-	-
Marcação a mercado	78.829	(47.904)	(148)	(2.025)
	207.055	617.545	2.537	(1.753)

b.1) Contratação de derivativo pela CPFL Geração (zero-cost collar)

Em 2015, a controlada CPFL Geração contratou operação de compra de opções de venda (*put options*) e venda de opções de compra (*call options*) em dólar, ambas tendo a mesma instituição como contraparte, e que combinadas caracterizam uma operação usualmente conhecida como *zero-cost collar*. A contratação

desta operação não apresenta caráter especulativo, tendo como objetivo minimizar eventuais impactos negativos na receita futura do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN, que possui contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. Adicionalmente, na visão da Administração, o cenário em 2015 estava favorável para contratação deste tipo de instrumento financeiro, considerando a alta volatilidade implícita nas opções de dólar e o fato de que não há custo inicial para este tipo de operação.

O montante total contratado foi de US\$ 111.817, com vencimentos entre 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 o montante total contratado é de US\$ 22.174, consideradas as opções já liquidadas até esta data. Os preços de exercício das opções de dólar variam de R\$4,20 a R\$4,40 para as *put options* (opções de venda) e de R\$ 5,40 a R\$ 7,50 para as *call options* (opções de compra).

Estas opções foram mensuradas a valor justo de forma recorrente conforme requerimentos do IFRS 9/CPC 48. O valor justo das opções que são parte desta operação foi calculado com base nas seguintes premissas:

Técnicas de avaliação e informações-chave	Foi utilizado o Modelo de <i>Black Scholes</i> de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.
Informações não observáveis significativas	Volatilidade determinada com base nos cálculos da precificação média do mercado, dólar futuro e outras variáveis aplicáveis a essa operação em específico, com variação média de 13,22%.
Relação entre informações não observáveis e valor justo (sensibilidade)	Um pequeno aumento na volatilidade no longo prazo, analisado isoladamente, resultaria em um aumento não significativo do valor justo. Se a volatilidade fosse 10% mais alta e todas as outras variáveis fossem mantidas constantes, o valor contábil líquido (ativo) aumentaria em R\$ 203, resultando em um ativo líquido de R\$ 5.623.

Apresentamos abaixo quadro de conciliação dos saldos iniciais e saldos finais das opções de compra e venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme requerido pelo IFRS 13/CPC 46:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	52.058	-	52.058
Mensuração a valor justo	(23.707)	-	(23.707)
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(11.984)	-	(11.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.367	-	16.367
Mensuração a valor justo	(3.400)	-	(3.400)
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(7.548)	-	(7.548)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.419	-	5.419

A mensuração ao valor justo destes instrumentos financeiros foi reconhecida no resultado financeiro do exercício, não tendo sido reconhecidos quaisquer efeitos em outros resultados abrangentes.

c) Ativos financeiros da concessão

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Análise de sensibilidade

O Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado do Grupo. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma o Grupo está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Consolidado					
Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(4.174.769)		(87.520)	978.052	2.043.624
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	4.221.801		88.506	(989.071)	(2.066.647)
	47.032	baixa dolar	986	(11.019)	(23.023)
Instrumentos financeiros passivos	(835.977)		(34.709)	182.963	400.634
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	847.774		35.198	(185.545)	(406.288)
	11.797	baixa euro	489	(2.582)	(5.654)
Total	58.829		1.475	(13.601)	(28.677)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			1.271	(11.312)	(23.896)
Efeitos no resultado do período			204	(2.289)	(4.781)

Receita (despesa) no resultado					
Instrumentos	Exposição (a) (US\$ mil)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Depreciação/Apreciação cambial de 25%(c)	Depreciação/Apreciação cambial de 50%(c)
Derivativos zero-cost collar	22.174 (d)	alta dólar	(682)	(8.989)	(17.296)
Termo de mercadoria (alumínio)	3.889 (d)	baixa alumínio (US\$/ton)	-	(2.891)	(3.852)
NDF - Alumínio	6.296 (d)	baixa dólar	-	(6.255)	(12.511)

- (a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2019 foi de R\$ 4,03 para o dólar e R\$ 4,53 para o euro.
- (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 4,12 e R\$ 4,72, e a depreciação cambial de 2,10% e 4,15%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2019.
- (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
- (d) Devido às características destes derivativos o nocional está apresentado em dólar norte-americano.

Exceto pelo derivativo *zero-cost collar*, em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Consolidado					Receita (despesa)				
Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa cenário provável (a)	Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25%		Elevação/Redução de índice em 50%	
						(b)	(b)	(b)	(b)
Instrumentos financeiros ativos	2.919.915				132.564	165.705		198.846	
Instrumentos financeiros passivos	(6.516.480)				(295.848)	(369.810)		(443.772)	
Derivativos - swap plain vanilla	(4.976.115)				(225.916)	(282.395)		(338.873)	
	(8.572.680)	alta CDI	5,97%	4,54%	(389.200)	(486.500)		(583.799)	
Instrumentos financeiros passivos	(145.558)				(4.469)	(5.586)		(6.703)	
	(145.558)	alta IGP-M	7,30%	3,07%	(4.469)	(5.586)		(6.703)	
Instrumentos financeiros passivos	(3.183.323)				(162.031)	(202.539)		(243.047)	
	(3.183.323)	alta TJLP	6,30%	5,09%	(162.031)	(202.539)		(243.047)	
Instrumentos financeiros passivos	(3.422.062)				(156.388)	(117.291)		(78.194)	
Derivativos - swap plain vanilla	516.826				23.619	17.714		11.809	
Ativo financeiro da concessão	8.779.717				401.233	300.925		200.617	
	5.874.481	baixa IPCA	4,20%	4,57%	268.464	201.348		134.232	
Ativos e passivos financeiros setoriais	993.775				45.316	33.987		22.658	
Instrumentos financeiros passivos	(83.073)				(3.788)	(2.841)		(1.894)	
	910.702	baixa SELIC	5,97%	4,56%	41.528	31.146		20.764	
Total	(5.116.378)				(245.708)	(462.131)		(678.553)	
Efeitos no resultado abrangente acumulado					1.289	1.047		804	
Efeitos no resultado do período					(246.997)	(463.178)		(679.357)	

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 52.075.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros do Grupo. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma "Receita Ajustada", refletindo a percepção do Grupo sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual

Não faturado

- Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra do IFRS descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência, visto às características do setor elétrico, que possui ferramentas que mitigam o risco de perdas, por exemplo, a suspensão do fornecimento de energia para o consumidor em *default*.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

O Grupo limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2018 e 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que o Grupo deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2019	Nota explicativa	Consolidado						Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	17	3.238.843	21.258	78	211.697	-	148.247	3.620.123
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	18	222.237	580.245	2.842.610	4.941.612	1.890.206	2.845.013	13.321.923
Derivativos	35	-	9.332	45.060	9.572	-	-	63.964
Debêntures - principal e encargos	19	10.811	101.704	770.047	3.691.282	4.053.800	1.592.045	10.219.689
Taxas regulamentares	21	231.130	1.122	-	-	-	-	232.252
Uso do bem público		981	1.962	8.828	17.096	28.494	45.591	102.952
Outros	24	103.808	110.173	45.357	3.423	3.423	189.707	455.891
Consumidores e concessionárias		57.182	57.429	-	-	-	183.938	298.549
EPE / FNDCT / PROCEL		44	5.158	44.073	-	-	-	49.275
Convênio de arrecadação		46.439	47.301	-	-	-	-	93.740
Fundo de reversão		143	285	1.284	3.423	3.423	5.769	14.327
Total		3.807.810	825.796	3.711.980	8.874.682	5.975.923	4.820.603	28.016.794

Derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 35). A Administração não identificou para o período de 2019 e exercício de 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 18 e 19.

(36) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Juros capitalizados	25.641	28.606
Pagamento de mútuo com dividendo de minoritários	81	377
Provisão de custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	83.334	1.684
Transferência entre imobilizado/ intangível e outros ativos	1.662	5.515

(37) COMPROMISSOS

Os compromissos do Grupo relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2019, são como segue:

Controladas

Obrigações contratuais em 31/12/2019	Duração	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Arrendamentos e aluguéis	até 13 anos	38.223	71.906	68.779	82.430	261.338
Compra de energia (exceto Itaipu)	até 25 anos	11.988.989	21.701.899	22.211.015	41.829.746	97.731.649
Compra de energia de Itaipu	até 25 anos	2.896.696	5.642.618	6.097.490	15.803.644	30.440.448
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 29 anos	2.762.294	7.192.517	9.172.126	25.725.396	44.852.333
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	até 28 anos	16.468	37.886	36.484	228.865	319.703
Projetos de construção de usina	até 14 anos	757.367	654.777	239.322	1.119.285	2.770.751
Total		18.460.037	35.301.603	37.825.216	84.789.366	176.376.222

Empreendimentos controlados em conjunto

	Duração	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Projetos de construção	até 5 anos	3.502.439	5.321.975	693.788	-	9.518.202
Recaptação do risco Hidrológico e outros	até 17 anos	33.566	132.856	132.965	396.102	695.489
Total		3.536.005	5.454.831	826.754	396.102	10.213.692

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

(38) EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 Empréstimos e Financiamentos

De 1º de janeiro de 2020 até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, as controladas da Companhia captaram recursos através de empréstimos e financiamentos, com as seguintes condições e detalhes:

Modalidade Empresa	Montantes R\$ mil	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação dos recursos	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
	Liberado até março de 2020						
Moeda Estrangeira - Lei 4.131							
Dólar							
CPFL Paulista	174.960	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,39%	USD + 2,39%	CDI + 0,85%
CPFL Paulista	196.567	Trimestral	Parcela única em fevereiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,40%	USD + 2,40%	CDI + 0,89%
RGE	100.000	Semestral	Parcela única em janeiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,64%	USD + 2,64%	CDI + 0,90%
CPFL Brasil	107.000	Semestral	Parcela única em fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 1,83%	USD + 1,83%	CDI + 0,61%
CPFL Renováveis	120.000	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%	CDI + 0,80%
CPFL Santa Cruz	108.000	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%	CDI + 0,80%
RGE	418.280	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%	CDI + 0,80%
Euro							
CPFL Piratininga	419.760	Trimestral	Parcela única em março de 2025	Capital de Giro	EURO + 0,70%	EURO + 0,70%	CDI + 0,83%
	1.644.567						

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2019 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, e nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 05 de março de 2020, são de opinião que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 30 de abril de 2020.

Campinas, 05 de março de 2020.

Lisa Gabbai

Ran Zhang

Ricardo Florence dos Santos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bo Wen

Presidente

Shirong Lyu

Vice-Presidente

Yan Qu

Yumeng Zhao

Gustavo Estrella

Antonio Kandir

Marcelo Amaral Moraes

Anselmo Henrique Seto Leal

Hong Li

Conselheiros

DIRETORIA

GUSTAVO ESTRELLA

Diretor Presidente

SHIRONG LYU

Vice-Presidente Executivo Sênior acumulando

Diretor Vice-Presidente de Estratégia,

Inovação e Excelência de Negócios

YUMENG ZHAO

Vice-Presidente Executivo

YUEHUI PAN

Diretor Vice-Presidente Financeiro

e de Relações com Investidores

GUSTAVO PINTO GACHINEIRO

Diretor Vice-Presidente Jurídico e

de Relações Institucionais

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO

Diretor Vice-Presidente
de Gestão Empresarial

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO

Diretor Vice-Presidente de Operações Reguladas

KARIN REGINA LUCHESI

Diretor Vice-Presidente de Operações de Mercado

VITOR FAGALI

Diretor Vice-Presidente de
Desenvolvimento de Negócios

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SERGIO LUIS FELICE

Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192767/O-6

KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionistas da
CPFL Energia S.A.**
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada

Veja as notas explicativas 3.10 e 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que em alguns casos sucedem ao período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Companhia acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores. Devido à relevância dos valores e do julgamento envolvido que podem impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Analisamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no desenvolvimento de tal estimativa, tais como índice de perdas técnicas e comerciais. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia com expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A.

Veja as notas explicativas 3.11 e 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias da controlada CPFL Energias Renováveis S.A., cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros com base no julgamento da Controlada e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave implementados pela controlada relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros. Com o suporte de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela controlada na projeção de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado e volume e preço de venda de energia e comparamos com dados disponíveis no mercado. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação dos ativos fiscais diferidos, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas tomadas em conjunto, ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança

razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos

que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 05 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Engº Miguel Noel Nascentes Burnier, km 2,5, Parque São Quirino - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 02.429.144/0001-93, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **CPFL Energia** de 31 de dezembro de 2019;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **CPFL Energia** de 31 de dezembro de 2019.

Campinas, 04 de março de 2020.

GUSTAVO ESTRELLA

Diretor Presidente

YUEHUI PAN

Diretor Vice-Presidente Financeiro e
de Relações com Investidores